



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE ITAITUBA
FACULDADE DE ITAITUBA - FAI
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

BIANCA KAROLINE ALMADA PEREIRA

**MÉTODOS FACILITADORES DO APRENDIZADO NO ATENDIMENTO
EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: Análise na Escola Engenheiro
Francisco Barros, Distrito de Campo Verde - Itaituba**

Itaituba - PA

2018

BIANCA KAROLINE ALMADA PEREIRA

**MÉTODOS FACILITADORES DO APRENDIZADO NO ATENDIMENTO
EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: Análise na Escola Engenheiro
Francisco Barros, Distrito de Campo Verde - Itaituba**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Faculdade de Itaituba para obtenção do título de
Licenciada Plena em Pedagogia

Orientadora: Esp. Gislainy Ferreira Fernandes

Itaituba - PA

2018

PEREIRA, Bianca Karoline Almada.

MÉTODOS FACILITADORES DO APRENDIZADO NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: análise na escola Engenheiro Francisco Barros, Distrito de Campo Verde – Itaituba. Bianca Karoline Almada Pereira – Itaituba: CLPP da FAI, 2018.

64 Fls.

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) – Faculdade de Itaituba-FAI, Curso de Pedagogia, Licenciatura Plena em Pedagogia, Itaituba, BR-PA, 2017.

Orientadora: Gislainy Ferreira Fernandes

1. MÉTODOS FACILITADORES DO APRENDIZADO NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: análise na escola Engenheiro Francisco Barros, Distrito de Campo Verde – Itaituba.

BIANCA KAROLINE ALMADA PEREIRA

**MÉTODOS FACILITADORES DO APRENDIZADO NO ATENDIMENTO
EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: Análise na Escola Engenheiro
Francisco Barros, Distrito de Campo Verde - Itaituba**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Faculdade de Itaituba para obtenção do título de
Licenciada Plena em Pedagogia

Orientadora: Esp. Gislainy Ferreira Fernandes

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____ Nota: _____
Prof. Dr. Francisco Cláudio de Sousa Silva

Orientadora: _____ Nota: _____
Prof^a. Esp. Gislainy Ferreira Fernandes

Avaliador: _____ Nota: _____
Prof. Esp. Dhemesbraene Soares da Silva

Resultado: _____ Média: _____

Itaituba – PA, 20 de janeiro de 2018.

Dedico esta vitória a uma pessoa muito especial e importante em minha vida, minha mãe Cláudia de Sousa Almada, que sempre tem lutado pela minha felicidade; ao meu pai Marcio Roberto de Sousa pelo apoio dado; ao meu irmão Jesuy Almada Pereira e ao meu marido, Jáderon Alexsandro que sempre me ajudaram e me incentivaram durante todo esse percurso.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que iluminou o meu caminho durante essa caminhada para que pudesse alcançar minha formação profissional.

A minha família, especialmente a minha mãe, Cláudia Almada, ao meu pai Marcio Roberto, meu esposo Járdeson e minha tia Daniele Almada, que sempre estiveram ao meu lado me apoiando para que pudéssemos comemorar esse momento importante em minha vida.

A professora Gislainy que de maneira especial me orientou durante a elaboração desse trabalho, que confiou em minha pessoa dando forças para enfrentar os desafios constantes.

Aos colegas de turma pelo prazer de conhecê-los e a todos os colaboradores dessa pesquisa da Escola Municipal de Ensino Fundamental Engenheiro Francisco Barros.

As condições singulares de cada escola e os contextos vivenciados pelos educadores os desafiam a se reorganizarem, a mudarem concepções, posturas e a promoverem ações pedagógicas que permitam criar e recriar o modelo educativo escolar, considerando todas as possibilidades de ser e de aprender de seus alunos. Portanto, a interação do professor do AEE e do professor de sala regular requer ações em conjunto, tendo como elemento essencial a criatividade na perspectiva de um trabalho coletivo consciente. (BEDAQUE; 2014, p. 66).

RESUMO

O presente trabalho trata-se dos métodos facilitadores de aprendizagem utilizado no Atendimento Educacional Especializado da escola Engenheiro Francisco Barros, do município de Itaituba-PA. A monografia tem por objetivo analisar os métodos utilizados pelo professor do AEE e pelos professores da sala comum, como também Identificar as dificuldades enfrentadas pelos mesmos ao se trabalhar com alunos com deficiências. Para a construção desta monografia foi utilizada pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo, por meio de livros e questionários. O estudo teve como sujeito da pesquisa 10 (dez) professores, onde os mesmos responderam um questionário com 06 (seis) perguntas. Observaram-se com as respostas que há inúmeros desafios e dificuldades encontradas pelos docentes da sala comum e do AEE para se trabalhar com as deficiências presente, podemos citar a falta de qualificação dos profissionais na sala de aula, pois ainda existem muitos docentes necessitando dessa qualificação que é fundamental para aprendizagem dessas crianças, a falta de materiais didáticos para os professores e a falta de conhecimento sobre as deficiências e como se trabalhar com essas crianças. A partir da problemática observada pelos professores, sugestiona-se que o poder público tenha uma maior preocupação na área da formação desses professores, juntamente com os pais e comunidade escolar, pois juntos e preparados atenderemos e receberemos esses alunos com uma qualidade de ensino e respeito melhor, além fornece materiais didáticos para os professores trabalharem novos métodos facilitadores de aprendizagem. Só assim haverá uma educação de qualidade onde todos trabalharão em um mesmo objetivo que é levar a aprendizagem e a inclusão dessas crianças especiais.

Palavras-chave: Educação Especial. Métodos. Inclusão.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Demonstrativo da Sala do AEE Atendimento Educacional Especializado) da EMEF Engº Francisco Barros	46
Quadro 2 - Concepções dos professores da sala comum sobre a inclusão.	48
Quadro 3 - Concepções dos professores da sala comum sobre os desafios	50
Quadro 4 - Concepções dos professores da sala comum sobre os desafios	51
Quadro 5 - Concepções dos professores da sala comum sobre os desafios	52
Quadro 6 - Concepções dos professores da sala comum sobre os desafios	53

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	9
1 HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	11
1.1 EDUCAÇÃO ESPECIAL – HISTÓRICO DO SURGIMENTO	11
1.2 EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL	16
1.3 AMPAROS LEGAIS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	21
2 ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE)	28
2.1 O QUE É AEE?	28
2.2 METODOLOGIAS UTILIZADAS NO AEE	33
2.3 DIFICULDADES ENFRENTADAS PELO AEE	35
2.4 AEE E ENSINO REGULAR	39
2.5 LEGISLAÇÃO QUE AMPARA O AEE	41
3 MÉTODOS FACILITADORES DO APRENDIZADO NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: ANÁLISE NA ESCOLA ENGENHEIRO FRANCISCO BARROS, DISTRITO DE CAMPO VERDE - ITAITUBA	44
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA PESQUISADA.....	44
3.2 METODOLOGIA DA PESQUISA.....	47
3.3 SUJEITOS DA PESQUISA	47
3.3.1 Análise de Dados na Visão dos Professores do Ensino Comum.....	48
3.3.2 Análise de Dados na Visão da Professora do Atendimento Educacional Especializado.....	54
3.4 PROPOSTA	57
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	59
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	61

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este Trabalho de Conclusão de Curso aborda a cerca de como é difícil educar nos dias de hoje. Educar tem sido um grande desafio, principalmente quando se trata da Educação Especial na sala Atendimento Educacional Especializado (AEE), pois a falta de compromisso dentro das políticas públicas referentes à mesma é um fato frequente na história brasileira, uma vez que esta está caracterizada pelo preconceito, abandono, desvalorização dos educadores e pouco reconhecimento sobre as deficiências especiais. Diante destes fatores podemos citar exemplos que prejudicam o AEE, tais como: falta de preparação dos educadores de como se trabalhar os alunos com necessidades especiais, a falta de materiais pedagógicos, metodologias não adaptadas, dentre outras.

A monografia tem por objetivo analisar os métodos utilizados pelo professor do AEE e pelos professores da sala comum, como também identificar as dificuldades enfrentadas pelos mesmos ao se trabalhar com alunos com deficiências. Para tanto, levantou-se alguns questionamentos para nortear esta pesquisa: Quais métodos facilitadores do aprendizado utilizados pelos professores do atendimento educacional especializado e suas estratégias? O que os professores do ensino regular tem a dizer sobre a função dos educadores do AEE e seus métodos? Qual avaliação das famílias sobre o trabalho realizado pelos educadores do atendimento especializado?

A metodologia utilizada foi por meio de um levantamento bibliográfico com base nos autores que tratam do tema em questão, dentre eles: ARANHA (2000), SASSAKI (2000), VYGOTSHY (1995), SALGADO (2009) e CARVALHO (1997) para discutir as questões relacionadas à ao Atendimento Especializado no AEE. Utilizou-se a pesquisa de campo por meio de questionários aplicados aos professores da sala comum e do AEE da Escola Municipal de Ensino Fundamental Engenheiro Francisco Barros, localizada na comunidade de Campo Verde, km 30, distrito de Itaituba/PA, com a finalidade de identificar os métodos facilitadores utilizados pelos professores para alunos com necessidades educacionais especializadas da sala comum e do AEE.

Portanto, essa monografia está composta de três capítulos, sendo que, no primeiro é abordada a o surgimento histórico da Educação especial, onde aborda a educação Especial no Brasil e seus amparos legais.

No segundo capítulo, enfatiza-se o que é o AEE, os métodos utilizados, as dificuldades enfrentadas pelos professores, o relacionamento entre o AEE e o ensino regular e a legislação que os ampara.

Por fim, o terceiro capítulo analisa os dados coletados por meio de uma pesquisa de campo na Escola Municipal Engº Francisco Barros, ou seja, as informações dadas pelos entrevistados sobre o atendimento educacional especializado.

1 HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

1.1 EDUCAÇÃO ESPECIAL – HISTÓRICO DO SURGIMENTO

Nos dias de hoje, educar tem sido um grande desafio, principalmente quando se trata da Educação Especial, pois a falta de compromisso dentro das políticas públicas referentes à mesma é um fato frequente na história brasileira, uma vez que esta está caracterizada pelo preconceito, abandono, desvalorização dos educadores e pouco reconhecimento sobre as deficiências. Diante destes fatores é preciso analisar o processo histórico, para encontrar possíveis formas de como a sociedade vem se relacionado com as pessoas com necessidades especiais.

Várias foram as visões de deficiência que passaram por debate sobre as pessoas com necessidades especiais dentro da sociedade e, principalmente, seu acesso à educação, sendo que as atitudes sociais estão entrelaçadas aos conceitos e atributos da saúde, da doença e da deficiência. No entanto, tais informações têm sido acessadas apenas por professores especialistas da Educação Especial e, deveriam ser socializadas a todos os professores, tanto da Educação Especial como do Ensino Regular. Embora a história de qualquer fenômeno não possa ser traçada de forma linear e com etapas bem delimitadas, esse tópico será um breve relato histórico da educação das pessoas com deficiência acreditando que o acesso à informação apenas não garantirá mudanças de paradigmas como transformação no modo de pensar na vida de um deficiente, como relata Carvalho (2000: 164), que a “transformação social é a transformação das condições concretas da vida dos homens”. Sendo assim a importância da inclusão dos portadores de necessidades especiais no meio social para que assim haja interação entre os especiais e as pessoas ditas normais.

De acordo com Bueno (1993:56) o início da história da Educação especial inicia-se no século XVIII a onde se encontra as primeiras iniciativas de evitar o isolamento dos cegos e dos demais deficientes, numa tentativa de desenvolver as habilidades que eles ainda demonstravam. Até o século XVIII, a exclusão acontecia vastamente, ou seja, pessoas com necessidades especiais eram excluídas da sociedade para qualquer tipo de atividade, sendo elas educativas ou não, pois eram consideradas inválidas, sem utilidade e incapazes para trabalhar, características

estas atribuídas a todos que tivessem alguma deficiência. Nesta fase, nenhuma atenção educacional era gerada.

A partir do século XIX, houve descobertas no campo da medicina, da biologia e da saúde, passou-se a estudar os deficientes de modo a procurar respostas para seus dados como “problemas”. O período da segregação nasceu, como nos lembra Pessotti (1984), com o objetivo de oferecer tratamento médico e aliviar a sobrecarga familiar e social, mas não para proporcionar educação.

Neste sentido a educação de tais pessoas ficava reduzida a iniciativa da área médica ou a instituições religiosas com o consentimento governamental, mas sem qualquer tipo de envolvimento do poder público. No final do século XIX e meados do século XX, surgindo algumas escolas especiais e centros de reabilitação, pois a sociedade começava a admitir que pessoas com necessidades especiais, poderiam ser produtivas se recebessem escolarização e treinamento adequado. Até aqui a:

Inclusão social tem (...) se caracterizado por uma história de lutas sociais empreendidas pelas minorias e seus representantes, na busca da conquista do exercício de seu direito ao acesso imediato, contínuo e constante ao espaço comum da vida em sociedade (recursos e serviços) (ARANHA, 2000, p. 4)

Stainback e Stainback (1997) relata que nos Estados Unidos ao mesmo tempo, outra tendência se desenvolvia: a criação de “escolas comuns” públicas, onde a maioria das crianças eram educadas. Desta forma neste país, entre 1842 e 1918, todos os estados legislaram o ensino obrigatório. Ainda assim vários feitos do meio social, econômico e político trouxeram modificações nas diferentes diretrizes que orientavam a atenção à pessoa com necessidades especiais. A pressão social representada pelos movimentos de defesa dos direitos das minorias (negros, latino-americanos, pessoas com necessidades especiais, entre outros), obrigou o governo a tomar medidas concretas no sentido de minimizar a discriminação dessas minorias. Coagindo o governo e a sociedade a caminha em direção à educação e inclusão desses especiais de acordo como o autor Jonsson (1994, p. 63):

Para que as pessoas com deficiência realmente pudessem ter participação plena e igualdade de oportunidades, seria necessário que não se pensasse tanto em adaptar as pessoas à sociedade e sim adaptar a sociedade às pessoas.

Naquela época, o homem passou da compreensão de incapaz para uma visão de pessoa útil, baseado no modelo do capitalismo, mas por falta da mão-de-obra, causada pelo curto espaço entre as duas Guerras Mundiais e, de modo óbvio pela perda de soldados, que influenciou também o movimento educação especiais. No final da década de 1950, na Dinamarca, o conceito de “normalização” é idealizado por Bank-Mikkelsen e Nirje almejando colocar ao alcance dos deficientes mentais modos e condições de vida diários os mais parecidos possíveis com as formas de vida do restante da sociedade (CARVALHO, 1997). A ideia da integração surgiu para derrubar a prática da exclusão social e de ergue a Educação Especial, que para chegar a onde está percorreu vários séculos. As instituições foram se especializando para atender pessoas com necessidades educacionais especiais. Contudo chegou a época que era importante:

O processo de garantia do acesso imediato e contínuo da pessoa com necessidades especiais ao espaço comum da vida em sociedade, independentemente do tipo de deficiência e do grau de comprometimento apresentado (ARANHA, 2000, p. 13).

Diante disso, vale destacar a importância da inclusão social, um processo que ocorreu de forma gradativa, pois só assim a pessoa especial pode usufruir dos mesmos direitos juntamente com os ditos normais. Com isso a ideia era prover serviços possíveis já que a sociedade não aceitava receber tais pessoas nos serviços existentes na comunidade. Para a sociedade tinha que entender que cada pessoa tem seu jeito e tempo de aprender, como afirma a autora Batista (2006, p. 13):

Aprender é uma ação humana criativa, individual heterogênea e regulada pelo sujeito da aprendizagem, independente de sua condição intelectual ser mais ou menos privilegiada, enquanto que ensinar é um ato coletivo, no qual o professor disponibiliza a todos alunos sem exceção um mesmo conhecimento.

Nos Estados Unidos na década de 1960, teve um aumento significativo de instituições especializadas, tais como: escolas especiais, clínicas de habilitação, oficinas protegidas de trabalho, clubes sociais especiais, associações desportivas especiais. Porém com a crise mundial do petróleo, segundo Mendes (1995) que atingiu diversos países provocando cortes de gastos com programas sociais, produzindo também mudança na filosofia de serviços, nas décadas de 60 e 70 do

século anterior, em função do alto custo dos programas de atendimento segregados nos países desenvolvidos.

Assim programas educacionais com práticas integradoras, passaram a ser defendidos. A partir dos anos setenta, o movimento de “vida independente” inicia-se nos Estados Unidos atingindo outros países, por parte de portadores de deficiências, dos pais e dos profissionais. Tal movimento defendia eliminar a dependência e destacava o direito das pessoas com necessidades educacionais especiais, de construir a sua autonomia, sendo sujeitos e não mais objetos de decisões tomadas sobre elas. Nesse conjunto surge, em 1975, nos Estados Unidos a Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes (RIO DE JANEIRO, 1981) e o Programa de Ação das Nações Unidas visando programar tais direitos, amparados legalmente pelas leis que regulamentaram oficialmente a colocação de pessoas com necessidades educacionais especiais em ambientes o menos restritivos possíveis, nos Estados Unidos. Impulsionada pelo lema do Ano Internacional das Pessoas Deficientes “Participação Plena e Igualdade”, lançado em 1981 pela ONU, uma parcela da população em muitos países começou a constatar que haveria uma necessidade de mudança também da sociedade, para se fazer valer esses direitos, acontecendo assim as discussões sobre a fusão do ensino especial com o regular. Como Goffredo (1999) acrescenta uns dos fatores importantes:

Frente a esse novo paradigma educativo, a escola deve ser definida como uma instituição social que tem por obrigação atender todas as crianças, sem exceção. A escola deve ser aberta, pluralista, democrática e de qualidade. Portanto, deve manter as suas portas abertas às pessoas com necessidades educativas especiais (1999, p. 31).

Conforme o que foi citado acima, é direito de toda e qualquer criança, sendo ela especial ou não frequentarem a escola. Esta por sua vez deve estar apta a receber esses alunos. Logo depois duas ondas de reformas políticas no sistema educacional norte-americano, também influenciaram este movimento. A primeira, marcada pela busca de dignidade escolar, destinava às escolas, fundos para enfrentar o desafio de melhorar a qualidade do ensino americano; a outra, a da reestruturação escolar, visava uma revisão do currículo, avaliação do desempenho, instrução descentralizada, autonomia, orçamento, decisão compartilhada, fusão e coordenação dos recursos e envolvimento com a comunidade. Jonsson (1994) que afirma que estes fatos citados acima deram início nos Estados Unidos e na Europa,

inclusive no Brasil, seguidos por outros países, a uma nova caminhada em direção à conquista do direito à vida digna e integral, favorecendo o surgimento do conceito de inclusão no final da década de oitenta. Este autor enfatiza que:

Para que as pessoas com deficiência realmente pudessem ter participação plena e igualdade de oportunidades, seria necessário que não se pensasse tanto em adaptar as pessoas à sociedade e sim adaptar a sociedade às pessoas (JONSSON, 1994, p. 63).

De acordo com Jonsson, é importante que a sociedade deva se adaptar as pessoas com necessidades especiais, só assim as pessoas especiais poderão ter as mesmas oportunidades dos ditos normais: escola e posteriormente ingresso ao mercado de trabalho. Januzzi (1992), em seu levantamento sobre a história da Educação Especial, relatou que depois de muitas reviravoltas a Educação Especial se fortaleceu na década de 50, quando sua origem se deu basicamente em instituições, com atendimento registrado em São Paulo, ainda no Brasil colônia, e que foi se expandindo timidamente. Sendo que as principais fontes de força foram construídas a partir da Declaração de Salamanca (1994), da aprovação da Constituição em 1988 e da LDB em 1996, essas transformações foram de suma importância para a Educação Brasileira.

Assim a Educação foi sendo o centro de atenção e preocupação apenas nos momentos e na medida exata em que dela sentiram necessidade os segmentos da sociedade. A história da Educação Especial no mundo percorreu então, segundo Aranha (2000) três modelos, o da Institucionalização, o dos Serviços e o de Suportes, estando esse último fundamentado no conhecimento sobre os ganhos em desenvolvimento pessoal e social derivadas da convivência na diversidade e no princípio da igualdade, que aponta para a inclusão, entendida como:

O processo de garantia do acesso imediato e contínuo da pessoa com necessidades especiais ao espaço comum da vida em sociedade, independentemente do tipo de deficiência e do grau de comprometimento apresentado (ARANHA, 2000, p. 13).

Independentemente de deficiência a criança com necessidades especiais devem ser inseridas em sociedade e tem uma vida normal como qualquer outra pessoa, pois é um indivíduo e assim como tal devem gozar de todos os benefícios adquirido por lei.

1.2 EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL

Segundo Rogalski (2010) o desenvolvimento histórico da educação especial no Brasil inicia-se na década de 50 quando praticamente não se falava no assunto, porém serviços dedicados a esse segmento inspiram-se por experiências norte-americanas e europeias, que foram trazidas por alguns brasileiros que se dispuseram a organizar e programar ações isoladas e particulares para atender as pessoas com deficiências físicas, mentais e sensoriais.

Essas iniciativas não estavam ligadas às políticas públicas de educação, mas a partir de 1970 a educação especial passou a ser discutida, tornando-se preocupação dos governos com a criação de instituições públicas e privadas, órgãos normativos federais e estaduais e de classes especiais. Des do início percebe-se que a educação especial vem:

(...) se caracterizado por uma história de lutas sociais empreendidas pelas minorias e seus representantes, na busca da conquista do exercício de seu direito ao acesso imediato, contínuo e constante ao espaço comum da vida em Sociedade. (ARANHA, 2000, p. 3)

No contexto escolar atual a Educação Especial é um tema de constante debate devido ao desafio que representa. Analisando a história da educação brasileira percebe-se que a sociedade, de tempos em tempos, apresenta mudanças no seu conjunto de valores, perspectivas e práticas, ou seja, ela vem sempre mudando seus paradigmas.

Quando se fala sobre Educação Especial de deficientes nas escolas regulares no Brasil, é comum ouvirmos as queixas dos docentes, pois não se sentem preparados para trabalhar com esse público, acreditam que é necessário ter uma formação de especialista, deixando assim de lado o acolhimento dos que antes ficavam contidos no ensino regular, tendo lugar apenas no Atendimento Educacional Especializado, que foi criado com intuito de dar um suporte para os alunos deficientes e para auxiliar professores do ensino regular a incluir esses alunos nas escolas e no meio social. De acordo com o Decreto nº 6571, de 17 de setembro de 2008:

Art.1A União prestará apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, na forma deste Decreto, com a finalidade de ampliar a oferta do atendimento educacional especializado ao aluno com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou super dotação, matriculados na rede pública de ensino regular. (BRASIL, 2008)

Um dos principais responsáveis pelos avanços da inclusão, longe de ser um dos responsáveis pela negação do direito das pessoas com necessidades educacionais especiais de terem acesso à educação. Então pode afirmar segundo a autora que Rogalski (2010) a educação especial teve uma historia conturbada e que poderia ser dividida em três grades períodos:

- De 1854 a 1956 – marcado por iniciativas de caráter privado;
- De 1957 a 1993 – definido por ações oficiais do governo;
- De 1993 ... – caracterizado pelos movimentos em favor a inclusão na escola.

A autora ainda fala que antes do primeiro período os deficientes sempre foram tratados na área da saúde, porém na década de 50 agora surgem clínicas, serviços de reabilitação psicopedagógicos com alguns procedimentos voltados à educação e nesse mesmo tempo foram criadas as instituições mais tradicionais de assistências às pessoas com deficiências que seguiram o exemplo e o precursor do Instituto dos Meninos Cegos, fundado nos fins de 1854 na cidade de Rio de Janeiro. Durante a fundação desse instituto e os dias de hoje, a história da educação brasileira vem se estruturando seguindo quase sempre os modelos norte-americanos.

Em 1957 a educação especial foi completamente assumida pelo governo publico com criação de campanhas, que eram voltadas diretamente para atender a cada uma das deficiências. Nesse mesmo ano, instituiu-se a Campanha para a Educação de Surdos – INES, que até hoje e presente no Rio de Janeiro. Em seguidas varias campanhas similares foram criadas para atender à outras deficiências. Em 1972 foi constituído pelo Ministério de Educação e cultura – MEC o Grupo-Tarefa de Educação Especial, que veio ao Brasil apresentar a primeira proposta de estruturação da educação especial brasileira.

Percebe-se que os movimentos pela sociedade inclusiva são maiores e que o Brasil estava e está a procuras de melhoras em seu meio social para que haja uma

inclusão dos deficientes, tanto no meio social como nas escolas, como retrata o autor Sasaki (2002):

É fundamental equiparmos as oportunidades para que todas as pessoas, incluindo portadoras de deficiência, possam ter acesso a todos os serviços, bens, ambientes construídos e ambientes naturais, em busca da realização de seus sonhos e objetivos (2002, p. 41).

As políticas brasileiras de educação especial estiveram por muito tempo nas mesmas mãos de um grupo que se envolveu a fundo com a tarefa de melhorar a educação e inclusão desses deficientes nas escolas. Essas pessoas estavam ligadas a movimentos particulares e beneficentes de assistência aos deficientes que até hoje tem muito poder sobre a orientação das grandes linhas da educação especial.

Foram muitos os educadores, políticos, pais que se identificaram com a educação desses alunos especiais e que protagonizaram a história dessa modalidade de ensino. Todos tiveram papéis importantes em todos os períodos desse caminhar e não podem ser ignorados, lutaram para que a educação especial avançasse, ousando, transformando as propostas em caminhos melhores para todos os alunos. Como diz Aranha (2000, p. 3) “o conjunto de conceitos, valores, percepções e práticas compartilhadas por grupo sociais, ou por toda uma sociedade, em diferentes momentos históricos ajudou com que a educação especial continue evoluindo”.

De maneira geral os pais de alunos com deficiência estão entre os compõem essas liderança e maioria deles tem sido uma grande força para que a educação especial continue evoluindo, buscando mudar concepções e condições de atendimento clínico e escolar de seus filhos. Motivados por um futuro melhor na inclusão dos mesmos, fundaram a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE do Brasil no ano de 1953.

Segundo Mendes (1995) a primeira reunião do Conselho Deliberativo ocorreu em março de 1955, na sede da Sociedade de Pestalozzi do Brasil. Esta colocou a disposição, parte de um prédio, para que instalassem uma escola pra crianças excepcionais, conforme desejo do professor La Fayette Cortes. A entidade passou a contar com a sede provisória onde foram criadas duas classes especiais, com cerca de vinte crianças.

Segundo Goffredo (1999) a escola evoluiu, seus alunos tornaram-se adolescentes e necessitaram de atividades criativas e profissionalizantes, surgindo assim, a primeira oficina pedagógica de atividades ligadas à carpintaria para deficientes no Brasil, por iniciativa da professora Olívia Pereira. De 1954 a 1962, surgiram outras APAEs, no final de 1962, doze das dezesseis existentes, encontraram-se, em São Paulo, para a realização da primeira reunião nacional de dirigentes apaeanos, sendo que algumas das propostas era na melhoria de ensino, nos métodos pedagógicos, inclusão de todos os alunos, sem exceção. A esse respeito Goffredo (1999) acrescenta:

Frente a esse novo paradigma educativo, a escola deve ser definida como uma instituição social que tem por obrigação atender todas as crianças, sem exceção. A escola deve ser aberta, pluralista, democrática e de qualidade. Portanto, deve manter as suas portas abertas às pessoas com necessidades educativas especiais (1999, p. 31).

Sabe-se que a escola deve ser um ambiente acolhedor a todas as pessoas, não havendo distinção. A criança sendo ela normal ou especial deve se sentir segura e motivada a frequentar o ambiente escolar.

De acordo com a autora Mantoan (2008) pela primeira vez no Brasil, discutia-se a questão das pessoas portadoras de deficiências com um grupo de famílias que trazia para o movimento suas experiências como pais de deficientes e, em alguns casos, também como técnicos na área. A partir da última década de 80 e início dos anos 90 os próprios alunos com deficiência tem se organizado, participando de Comissões, Coordenações, Fóruns e movimentos, visando assegurar de alguma forma direitos já conquistados de serem reconhecidos e incluídos na sociedade. Esses movimentos estão se infiltrando em todos os ambientes relacionados tanto no estudo como nos trabalhos, transporte e acessibilidade geral.

No ano de 1994 com a Declaração de Salamanca o Brasil oficializou a discussão de ideias diferentes a autora Mantoan (2008) relata que este documento traz uma visão nova de educação especial, pois possui outra concepção de criança. Acredita e proclama que todas as crianças possuem suas características, seus interesses, habilidades e necessidades que são únicas e, portanto, tem direito à educação e à oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem e:

“aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades”. (SALAMANCA, 1994, p. 1 - 2).

Sendo assim a Declaração de Salamanca Pode-se dizer que o conjunto de sugestões e propostas da Declaração de Salamanca, é guiado pelos seguintes princípios:

- Independente das diferenças individuais, a educação é direito de todos;
- Toda criança que possui dificuldade de aprendizagem pode ser considerada com necessidades educativas especiais;
- A escola deve adaptar-se às especificidades dos alunos, e não os alunos as especificidades da escola;
- O ensino deve ser diversificado e realizado num espaço comum a todas as crianças.

A partir de 1996 foi então incorporado na nova Lei de Diretrizes e Bases, os princípios da Declaração de Salamanca e a partir dela constatar toda uma alteração na legislação brasileira onde e assim pela primeira vez foi destinado um capítulo para tratar da educação especial (Capítulo V da L. D. B.), prevendo a oferta de educação preferencialmente na rede regular para os alunos deficientes, oferecendo serviço de apoio especializado (AEE) na escola regular para atender os alunos especiais, o início da oferta de educação na educação infantil e restringe o atendimento em classes e/ou escolas especializadas aos alunos cuja deficiência não permitir sua integração na rede regular.

A partir deste documento segundo a autora Mantoan (2008) a rede regular começou a matricular os deficientes nas classes comuns e iniciou-se uma série de discussões sobre o assunto. Algumas pessoas defendem a proposta, pois reconhecem que a convivência entre “normais” e “deficientes” será benéfica para ambos, uma vez que a integração permitirá aos “normais” aprender a conviver com as diferenças e aos “deficientes” será oferecida maior oportunidade de desenvolvimento devido o estímulo e modelo oferecido pelos alunos “normais”.

Neste contexto histórico a educação especial garantiu uma proposta educacional, lutando para um reconhecimento e garantia dos direitos de todos os alunos deficientes que compartilhar um mesmo espaço escolar, resistindo contra a discriminação de qualquer natureza. Dessa forma construindo para um atendimento

educacional especializado e disponibilizando o conjunto de serviços, recursos e estratégias específicas que favoreçam o processo de escolarização dos alunos com deficiência nas turmas comuns do ensino regular, e na sua interação no contexto educacional, familiar, social e cultura.

1.3 AMPAROS LEGAIS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

A história da Educação Especial passou por grandes mudanças tanto no seu ensino aprendizagem como nos seus amparos legais, garantindo tanto seus direitos como seus deveres. A Declaração de Salamanca (1994) aborda os Direitos Humanos e a Educação para Todos e aponta os princípios de uma educação especial e de uma pedagogia centrada na criança. E apresenta propostas, direções e recomendações da Estrutura de Ação em Educação Especial, um novo pensar em educação especial, com orientações para ações em nível nacional e em níveis regionais e internacionais.

Nossas leis educacionais sempre dedicam capítulos à educação especial de alunos com deficiência, como um caso particular do ensino regular. A educação especial está presente na políticas brasileiras desde o final da década de 50 e sua atual situação e graças a um percurso estabelecido por diversos planos nacionais de educação geral, que marcaram sensivelmente os rumos traçados para o atendimento educacional de alunos com deficiência.

A evolução dos serviços de educação especial caminhou de uma fase inicial, visando apenas o bem-estar da pessoa com deficiência para uma segunda, em que foram priorizados os aspectos medico e psicológicos. Em seguida, a educação especial chegou às instituições de educação escolar e, depois, à integração destes mesmos ao sistema geral de ensino. Hoje finalmente a proposta de inclusão total e incondicional nas salas de aula do ensino regular, e quando necessário apoio especializado para esses alunos como diz na LDB no seu Art.58 § 1º:

Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial. (BRASIL, CF, 1988)

Todas as transformações na historia da Educação Especial têm alterado o significado da educação especial e corrompido o sentido dessa modalidade de

ensino. Há muitos educadores, pais e profissionais interessados que a confundem essa modalidade como uma forma de assistência prestada para abster as crianças, jovens e adultos com deficiências.

Em 1986 na Portaria CENESP/MEC nº 69 aparece a mudança da nomenclatura – "alunos excepcionais", para "alunos com necessidades educacionais especiais", na Portaria CENESP/MEC nº 69. Essa troca de nomes, nada significou na interpretação dos quadros de deficiência e mesmo no enquadramento dos alunos nas escolas. O MEC adota até hoje o termo "portadores de necessidades educacionais especiais" – PNEE ao se referir a alunos que necessitam de educação especial. Mesmo incluindo entre esses alunos os que apresentam dificuldades de aprendizagem, os que têm problemas de conduta e de altas habilidades, a clientela da educação especial não fica caracterizada por simplesmente por aqueles que precisam, pois se mantém a relação direta entre o fato de uma pessoa ser deficiente e frequentar o atendimento educacional.

Em 20 de dezembro de 1996 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº. 9.394, no seu Art. 80 relata que:

Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Resolução, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, na modalidade de educação inclusiva, para educandos com necessidades especiais, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades, visando ao exercício pleno de sua cidadania e garantindo metodologias e alternativas de atendimento diferenciadas, de serviços e recursos condizentes com as necessidades de cada aluno.

Mesmo quando concebida adequadamente, a educação especial no Brasil é entendida também como um conjunto de métodos, técnicas e recursos especiais de ensino e de formas de atendimento escolar de apoio que se destinam a alunos que não conseguem atender às esperanças e cobranças da educação regular. Porém a educação especial é mais que um apoio ao ensino regular e ela um apoio para muda às atitudes e posturas tanto dos educadores como da própria sociedade, no capítulo da educação especial na LDB parágrafo único descreve:

A inclusão escolar referida no *caput* envolve não somente princípios e procedimentos para inserção, eliminando-se barreiras e bloqueios para o acesso, mas, sobretudo, mudanças atitudinais, relativamente à postura do educador e dos grupos sociais, garantindo a permanência nas classes regulares, aperfeiçoando e otimizando a educação em benefício dos alunos com e sem necessidades educacionais especiais. (BRASIL – LDB: 2010).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional garantiu o direito dos "alunos excepcionais" à educação, estabelecendo em seu Artigo 88 que para integrá-los na comunidade esses alunos deveriam enquadrar-se, dentro do possível, no sistema geral de educação. Entende-se que nesse sistema geral estariam incluídos tanto os serviços educacionais comuns como os especiais, mas pode-se também compreender que, quando a educação de deficientes não se enquadrasse no sistema geral, deveria constituir um especial, tornando-se um subsistema à margem.

Apesar das definições, estudos, e demais maneiras de se diferenciar a clientela da educação especial. Ainda há alunos que estão sendo destinados a o AEE, pois alguns dos mesmos não estão conseguindo "acompanhar" seus colegas de classe ou são indisciplinados, filhos de lares pobres, negros, e outros desafortunados da nossa sociedade entre alguns poucos realmente deficientes. Essas indefinições justificam todos os desmandos e infrações do direito à educação e a não discriminação que algumas redes de ensino estão praticando por falta de um controle efetivo dos pais, das autoridades de ensino e da justiça em geral.

Porém é importante esclarecer que embora as necessidades especiais sejam amplas e diversificadas, a atual Política Nacional de Educação Especial aponta para uma definição de prioridades no que se refere ao atendimento especializado a ser oferecido na escola. Nesse aspecto define como aluno portador de necessidades especiais aquele que:

[...] por apresentar necessidades próprias e diferentes dos demais alunos no domínio das aprendizagens curriculares correspondentes à sua idade, requer recursos pedagógicos e metodologias educacionais específicas. (BRASIL-PNEE-1998)

A classificação desses alunos, para finalidade de prioridade no atendimento educacional especializado, consta da referida Política e dá destaque a:

- portadores de deficiência mental, auditiva, física e múltipla;
- portadores de condutas típicas;
- portadores de super-dotação.

Porém em 1988 na Constituição Federal criou a lei que garantia que todos devem frequentar as escolas, pois era/é dever da família e do estado oferecer

educação de qualidade para todas as crianças, como está escrito na lei no seu Art. 205.

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, CF, 1988)

Esta e outras leis referentes à educação social foram de grande relevância, pois garantiram a permanência desses alunos na escola, porem ao mesmo tempo levantaram questões muito importantes para a discussão da educação especial brasileira, pois agora o Estado se compromete em incluir todos os portadores especiais na educação, não apenas com relação à adaptação de edifícios de uso público, quebra de barreiras arquitetônicas de todo tipo, transporte coletivo, salário mínimo obrigatório como benefício mensal às pessoas com deficiência que não possuem meios de prover sua renda mensal. Entre essas questões desponta atualmente a inclusão escolar e novamente se questiona aqui a destinação da educação especial.

O esclarecimento da referida questão envolve a consideração de três direções possíveis às direções dos alunos às escolas: a) A que implica um sentido de aversão entre educação especial e regular, em que os alunos com deficiência só teriam uma opção para seus estudos, ou seja, o ensino especial; b) A que implica uma integração de alunos nas salas de aula do ensino regular, quando estão preparados e aptos para estudar com seus colegas do ensino geral e sempre com um acompanhamento direto ou indireto do ensino especial e c) A que indica a inclusão dos alunos com deficiência nas salas de aula do ensino regular, sem distinções e/ou condições, implicando uma transformação das escolas para atender às necessidades educacionais de todos os alunos e não apenas de alguns deles, os alunos com deficiência, altas habilidades e outros mais, como refere à educação especial. A esse respeito Goffredo (1999) acrescenta:

Frente a esse novo paradigma educativo, a escola deve ser definida como uma instituição social que tem por obrigação atender todas as crianças, sem exceção. A escola deve ser aberta, pluralista, democrática e de qualidade. Portanto, deve manter as suas portas abertas às pessoas com necessidades educativas especiais (GOFFREDO, 1999, p. 31).

O debate atual está centrado nas direções b) e c) acima citadas, entre integração escolar e inclusão escolar. O assunto cria inúmeras e inacabáveis polêmicas, afetado também a muitos os professores da educação especial que se sentem amedrontados de perder o espaço que conquistaram nas escolas e redes de ensino. Os professores do ensino regular consideram-se sem competência para atender as deficiências dos alunos especialmente nas suas salas de aulas, pois seus colegas especializados sempre se distinguiram por realizar unicamente esse atendimento e exageraram essa capacidade de fazê-lo aos olhos de todos, porém na LDB no seu Art. 59 no I e IV que determinam:

- I. Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica para atender às suas necessidades;
- II. Educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora. (BRASIL – LDB – 1996),

Sendo assim esses profissionais da educação especial não estão lá somente para ajudar o educando nas suas carências mais também para prestar apoio aos professores do ensino regular, pois o sistema escolar tem que assegurar aos educandos e professores métodos pedagógicos, recursos educativos e novas técnicas de como se trabalhar determinada matéria com os alunos especiais. Na LDB mais recente a um capítulo destinado inteiramente à educação especial, que reforça que o atendimento devera ser feito tanto em classes de ensino regular como em uma sala adequada, não para ser tratado como reforço mais como um apoio pedagógico para fortalecer nas necessidades dos alunos como está no Art. 58 § 2º:

O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular. (BRASIL – LDB – 1996)

Além da LDB outros órgãos importantes estabelecem leis que asseguram tantos à educação como a segurança desses alunos especiais como está no Estatuto da Criança e do adolescente no seu § 1 do Atr. 2º que assegura: “A criança e o adolescente portadora de deficiência receberam atendimento especializado.”. Diante disso, é importante que destacar que a família e o estado devem integrar a

criança especial ao ambiente escolar e dar a criança todo o suporte tanto na sala de atendimento especial como na sala comum para que a mesma se sinta segura.

O ordenamento no artigo 5º é continuidade:

Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, violência, crueldade e opressão, punido na forma de lei qualquer atentado, por ação ou omissão aos seus direitos fundamentais. (BRASIL -ECA - 1990)

No Governo do Estado do Pará a Lei bem específica para a modalidade da educação especial nas quais garante uma educação de qualidade para todas as Instituições escolares, sendo que essas terão que seguir o que está no Art. 85 nos incisos I,II,III,IV e V. No primeiro inciso relata que a sala de apoio pedagógico específico, AEE (Atendimento Educacional Especializado) é coordenado por professor especializado, visando trabalhar as necessidades específicas dos alunos relacionadas às habilidades cognitivas, sensoriais, motoras, afetivo-emocionais, sociais e outras que culminem com o progresso do educando em sua formação pessoal e cidadã. No segundo inciso fala que a sala de Recursos Multifuncionais, espaço pedagógico para atendimento múltiplo, correlato com a natureza das necessidades educacionais especiais do alunado, complementando e/ou suplementando o processo de escolarização realizado em classes do ensino comum, devendo ser ofertado preferentemente em horário oposto ao da classe comum. No caso do terceiro inciso o professor itinerante, profissional especializado responsável pelo assessoramento pedagógico ao docente da classe comum e ao aluno com necessidade educacional especial, realizado em qualquer etapa ou modalidade de ensino, em caráter itinerante, dentro da própria escola, ou inter-itinerante, com ações em diferentes escolas. No quarto inciso os professores-intérpretes das linguagens e códigos aplicáveis, professores especializados para apoiar alunos surdos, surdos cegos e cegos, na classe comum. No quinto e último inciso relata que o guia-intérprete e instrutor mediador, profissionais que mediam a locomoção e a comunicação do aluno surdo cego.

No inciso acima comenta que o professor é a peça principal para fazer com que a inclusão realmente aconteça. Portanto é necessário que ele se sinta habilitado para atuar com competência junto aos alunos. Ele não pode se sentir sozinho. Precisa ser amparado e orientado para agir com segurança. Nesse processo de apropriação

das habilidades didáticas, é fundamental destacar a atuação dos professores de apoio, conforme afirma:

Seu papel principal é colaborar e ajudar os professores de classe para que desenvolvam estratégias e atividades que favoreçam a inclusão dos alunos com necessidades especiais. Sua tarefa, portanto, não se centra mais no atendimento exclusivo a esses alunos, mas em ajudar os professores a resolver os problemas e a encontrar a melhor alternativa para a instrução de seus alunos (MARCHISI, 2004, p. 42).

É notório que apenas leis e declarações, por mais relacionadas e apropriadas que sejam por si só não reverterem situações e crenças enraizadas na consciência social dos indivíduos. Ainda que haja iniciativas governamentais e esforços internacionais, a mudança do paradigma da educação especial é vista como algo à parte, um apêndice da educação e consequentemente, também um apêndice da sociedade, é algo que requer ações de convencimento e para tal basicamente deverá expandir-se e deixar de permear apenas a comunidade científica.

Portanto, foram muitas as leis concretizadas visando à integração social e escolar de todos os seres humanos, mas ainda estamos longe da Proposta de "Educação para todos com qualidade". Ainda buscam-se muitos os direitos a serem respeitados; até porque os princípios fundamentais da igualdade e integração social tem que ser garantidos constitucionalmente pelo governo.

2 ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE)

2.1 O QUE É AEE?

O AEE é um serviço da educação especial, realizado no período oposto frequentado pelo aluno no ensino regular e sua oferta é obrigatória a todos os alunos público-alvo da educação especial (BRASIL, 2008). O atendimento educacional especializado foi criado para dar um suporte para os alunos deficientes, facilitando o acesso ao currículo. De acordo com o Decreto nº 6571, de 17 de setembro de 2008:

Art. 1º A União prestará apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, na forma deste Decreto, com a finalidade de ampliar a oferta do atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de ensino regular.

§ 1º Considera-se atendimento educacional especializado o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, prestado de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular.

§ 2º O atendimento educacional especializado deve integrar a proposta pedagógica da escola, envolver a participação da família e ser realizado em articulação com as demais políticas públicas.

O objetivo do AEE é proporcionar condições e liberdade para que o aluno com deficiência possa construir o seu aprendizado, dentro do quadro de recursos intelectuais que lhe é disponível, tornando-se agente capaz de produzir o seu conhecimento, fazendo-o e de tomar consciência de que são capazes de usar a sua inteligência. Além de assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para: garantir o acesso de todos os alunos ao ensino regular (com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados de ensino).

O Atendimento Educacional Especializado não realiza aulas, mas atendimentos planejados, orientados e avaliados por um professor de Educação Especial, tendo como seus conteúdos: Libras, Língua Portuguesa para alunos com surdez, Sistema Braille, Informática aplicada à produção braille, Recursos tecnológicos e informática aplicada à deficiência visual (sintetizadores de voz, lupas

eletrônicas, magnificadores de tela para baixa visão), Produção braile e adaptação de material impresso em tinta, Recursos ópticos e não ópticos para baixa visão, técnica de uso do sorobã, Adaptação de livros didáticos e de literatura para pessoas cegas, Avaliação funcional da visão, Orientação e mobilidade para pessoas cegas, Escrita cursiva, grafia do nome e assinatura em tinta para pessoas cegas, Interpretação em libras e Comunicação para o aluno surdo-cego.

Ao AEE não cabe o ensino de conteúdos escolares, os serviços que a ele serão oferecidos devem ser definidos durante a realização de um estudo de caso. O mais importante é que não sejam confundidos como aula de reforço para pessoas com deficiência, a fim de que conteúdos escolares sejam ensinados. Muito menos descaracterizado o Atendimento Educacional Especializado ministrando aulas e trabalhando com conteúdos de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências e outras disciplinas.

O profissional que atua neste atendimento é o professor de educação especial, que deve ter formação específica na área de atuação. As necessidades e potencialidades dos alunos especiais são trabalhadas, com a finalidade de oferecer novos caminhos para aprender e de fato ter suas diferenças atendidas e respeitadas. A partir do atendimento, o professor de educação especial pode contribuir com observações e sugestões de como ajudar a melhorar a aprendizagem realizada em sala de aula, para juntamente com o professor do ensino comum pensem em novos métodos para melhorar a aprendizagem no ensino regular.

Este atendimento é definido pela Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, tendo como:

(...) função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela. (BRASIL, 2008, p. 10)

Pode-se observar na citação acima, que o AEE é um atendimento com atitude complementar e de acessória ao ensino regular, sendo importante para a formação do aluno que o frequenta, pois é, neste espaço, que será abordado às possibilidades maior compreensão dos temas trabalhados em sala de aula, com a perspectiva de

focar nas necessidades dos alunos. Os sistemas de ensino tem o compromisso de oferecer este atendimento aos alunos público alvo da Educação Especial, como indicado na Resolução nº 04 de 2009 do Conselho Nacional de Educação, em seu parágrafo único mostra que:

(...) os sistemas de ensino devem matricular os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado (AEE), ofertado em salas de recursos multifuncionais ou em centros de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos. (BRASIL, 2009, p. 1)

Cabe esclarecer que todos os sistemas de ensino, municipal, estadual e federal devem organizar este tipo de atendimento, conforme indicado na citação acima, sendo de caráter obrigatório a oferta aos alunos público-alvo da Educação Especial. As atividades do AEE também são indicadas no documento da Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva:

(...) são disponibilizados programas de enriquecimento curricular, o ensino de linguagens e códigos específicos de comunicação e sinalização e tecnologia assistiva. Ao longo de todo o processo de escolarização esse atendimento deve estar articulado com a proposta pedagógica do ensino comum. O atendimento educacional especializado é acompanhado por meio de instrumentos que possibilitem monitoramento e avaliação da oferta realizada nas escolas da rede pública e nos centros de atendimento educacional especializado públicos ou conveniados. (BRASIL, 2008, p. 10)

A partir da expectativa da educação inclusiva, faz-se necessário refletir sobre o atendimento aos alunos público alvo da Educação Especial que frequentam a escola regular e o currículo comum, observando o atendimento de suas necessidades, visto que seu processo de ensino e aprendizagem, assim como os demais alunos, é único e constituído de peculiaridades. Ao refletir-se sobre a importância da escola no processo de inclusão, nenhum outro espaço seria capaz de substituir seu caráter social e de ensino.

O ambiente escolar constitui-se um espaço privilegiado para a construção do saber historicamente constituído, ou seja, este lugar é fundamental para o desenvolvimento, como um todo, dos alunos, os quais participam deste contexto e para a pessoa com deficiência não poderia ser diferente. Portanto, o AEE repensar as práticas na escola comum, por meio de ações que atendam as diferenças

considerando também os caracteres dos contextos, que este sujeito faz. Assim, para Mittler (2003, p. 34):

A Inclusão implica uma reforma radical nas reformas em termos de currículo, avaliação, pedagogia e formas de agrupamentos dos alunos em sala de aula. Ela é baseada em um sistema de valores que todos se sintam bem vindos e celebra a diversidade que tem como base o gênero, a nacionalidade, a raça, a linguagem de origem, o background social, o nível de aquisição educacional ou a deficiência.

Neste sentido, a proposta do AEE é de inclusão sendo assim a organização dos alunos nesse espaço educativo deve ser repensado, assim também como o currículo e as formas de avaliação. A diversidade deve ser percebida, valorizada e atendida neste espaço que é composto pela diferença. Assim é necessário pensar: Como incluir um aluno com deficiência em uma escola com o currículo e avaliação tradicional e que não respeita o ritmo e a singularidade de cada aluno? Como avançar em relação às propostas metodológicas que atenda e respeite a todos?

Levando em consideração estes desafios vividos no AEE, destaca-se a dificuldade que esta em se recriar, diversificar o seu currículo que trabalhar com alunos que não compõe o padrão determinado de “normalidade” pela sociedade. Fazendo criar índices e metas que são colocados no Atendimento Educacional Especializado, deslocando assim o foco para uma corrida incessante por resultados numéricos e não para o desenvolvimento voltado as especificidades dos alunos. A escola ainda, se caracteriza como uma instituição estruturada para atender alunos que correspondem a um ideal padrão e não para o sujeito singular que é seu aluno, ou seja, o aluno real.

Neste sentido, a proposta do AEE é de incluir os demais alunos nos espaços educativos e sociais, com um currículo que trabalhe as dificuldades dos mesmos tanto no AEE como no ensino regular, pois de acordo com Stainback (1999, p. 21) ao educar todos os alunos juntos;

As pessoas com deficiências têm oportunidades de se preparar para a vida na comunidade, os professores melhoram suas habilidades profissionais e a sociedade toma a decisão consciente de funcionar de acordo com o valor social da igualdade para todas as pessoas, com os consequentes resultados de melhoria da paz social.

Desta forma, independentemente das condições e características apresentadas por seus diferentes alunos, o AEE faz que a inclusão agora

permaneça na escola, porém no ensino regular esse espaço educativo ainda apresenta grandes dificuldades em avançar tanto pela falta de atenção à diversidade, quanto ao manter um ensino intensamente pautado em currículo inflexível, onde seu conteúdo é desenvolvido da mesma maneira para todos os alunos, de forma única sem considerar as dificuldades existentes em cada aluno.

O desenvolvimento de algumas metas feito pelo Atendimento Educacional Especializado diferencia-se por ter objetivos escolares, com vistas à superação das dificuldades do alunado e oportunizar a aprendizagem com qualidade social, sendo assim desenvolvendo sempre novas estratégias e metodologias de ensino para se trabalhar tanto no AEE quanto no ensino regular, tornando aprendizagem prazerosa e participativa para todos os alunos demonstrando que “(...) não é necessário que se tenha as mesmas metas educacionais quando aprendem juntos” (FERREIRA, 2005, p. 144).

Nesta perspectiva, faz-se necessário superar a condição de alcance de metas padronizadas, ao reconhecer a diversidade, o caminho a ser percorrido em busca da educação inclusiva, deve ser aquele que tem como eixo norteador, a percepção dos alunos como parâmetro dele mesmo, respeitando assim as diferenças por eles apresentados. Ao definir educação Inclusiva, destacam-se os estudos de Beyer (2006, p. 85):

A educação inclusiva caracteriza-se como um novo princípio educacional, cujo conceito fundamental defende a heterogeneidade na classe escolar, não apenas como situação provocadora de interação entre as crianças com situações pessoais as mais adversas. Além dessa interação, muito importante para o fomento das aprendizagens recíprocas, é fundamental uma pedagogia que se dilate ante as diferenças do alunado.

O autor nos atenta para o grande objetivo de estar na escola para aprender, e não apenas interagir. Esta é a educação que se quer, e se busca incessantemente todos os dias e que ainda tem-se muito a superar até alcançá-la. Desta forma observa-se que o AEE é de suma importância, pois sua proposta de ensino e de que diferentes alunos apropriem-se do conhecimento, de formar que esteja os fazendo participa da escolar.

2.2 METODOLOGIAS UTILIZADAS NO AEE

Os movimentos de reformas sociais e educacionais proporcionaram uma melhoria na educação, ao destacar o direito da criança com deficiência de conviver na escola regular e de nela florescer, dentro de seus limites e possibilidades. Porém, garantir um espaço na sala de aula, promover o ensino e dar sentido aos conteúdos, não está sendo uma tarefa fácil ao professor da educação especial, pois essas tarefas sempre exigir novas metodologias que possam provocar mudanças que possibilite em um bom aprendizado e convívio social de alunos/as e professores/as com e sem *deficiência*. Todos são capazes de aprender e isto requer reconhecer que cada um aprende de uma forma e num ritmo próprio. Compreender a diversidade significa dar oportunidades para todos aprenderem os mesmos conteúdos, só que com diferentes metodologias.

Uma forma debatida pelo Sistema de Educação para diminuir o espaço encontrado nas salas de aula envolve o Atendimento Especializado, já que se acredita que com um trabalho mais focado nas necessidades educacionais de cada aluno, eles possam ser reconhecidos. Este atendimento pode ser feito em salas de recursos multifuncionais, que visam complementar o ensino regular, não como aula de reforço, como a maioria dos professores pensam, mas sim como um direito adquirido por estas crianças que são inseridas em sociedade e que precisam de um atendimento especial que trabalhe não somente suas habilidades, mas também suas dificuldades. Neste espaço serão desenvolvidas atividades que contemplem as áreas cognitivas, afetivas, sociais, linguísticas, de raciocínio lógico-matemático que possam contribuir no ensino dos alunos com necessidades especiais que frequentam a escola, pois ainda têm muita crianças fora do espaço escola, por falta de informação. O público alvo do AEE é definido no:

Artigo 4º: Para fins destas Diretrizes, considera-se público-alvo do AEE:

I – Alunos com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial.

II – Alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação.

III – Alunos com altas habilidades/superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento

humano, isoladas ou combinadas: intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade. (BRASIL, RESOLUÇÃO Nº 4, DE 2 DE OUTUBRO DE 2009).

Tendo em vista isso, professor que atuará nas salas de recursos terá que reorganizar as práticas escolares, ou seja, planejamentos, currículos, avaliação e o mais importante o tipo de metodologias que irá utilizar com esses alunos, no que implica numa mudança de paradigma educacional. Precisamos ter sempre em mente que aprendemos de uma maneira individualizada e ajustada pelo sujeito da aprendizagem. Ensinar, por sua vez, é uma conduta coletiva, no qual o professor irá realizar oferecendo a todos um mesmo conhecimento, porém com práticas de aprendizagem diferente.

Além desses recursos metodológicos nas salas citadas, o trabalho pode ser desenvolvido também baseado no brincar consciente e na utilização dos aspectos e jogos disponíveis na escola, como também a utilização de músicas, jogos dramáticos que auxiliam a criança adquirir o domínio da comunicação. Dessa forma ao sugerir caminhos que estimulem a curiosidade, iniciativa e a autoconfiança. Com todas essas metodologias o aluno junto com o professor, desenvolverá suas habilidades e dificuldades de forma natural e prazerosa.

Salgado (2009) afirma que para que o processo de aprendizagem se efetive em sala de aula é importante que os professores respeitem o estilo de aprendizado dos alunos e a autora também apresenta três tipos de estilo de aprendizagem, visual, auditiva e sinestésica e as caracteriza:

ESTILO DE APRENDIZAGEM VISUAL - São consideradas visuais as pessoas que usam a memória visual, geralmente precisam ver para aprender, observam detalhes, são observadores, organizados, são exigentes no escrever e desenharam com detalhes. Essas pessoas gostam de assistir filmes, pintar e de imagens

ESTILO APRENDIZAGEM AUDITIVA - São pessoas que precisam ouvir para aprender, pensam alto e repetem o que ouvem. Contam histórias e fatos. Falam alto e fazem barulho e mesmo em sala de aula, estão conversando. Não gostam de atividades escritas e leituras, preferem aulas expositivas.

ESTILO APRENDIZAGEM CINESTÉSICO - São pessoas que precisam envolver-se fisicamente, seja por meio de toque ou movimentos, como adança gostam de se relacionar com outras pessoas, ficar perto, abraçar, segurar e sempre tem alguma coisa nas mãos.” (SALGADO, 2006, p. 448).

De acordo com Salgado, as pessoas podem aprender de formas diferentes, cada um tem um estilo diferente. Há os que têm mais facilidades ao ver, e o caso dos visuais, que aprendem melhor vendo, como por exemplo: assistir a um vídeo,

observar uma imagem; Os auditivos aprendem melhor ouvindo, como por exemplo, uma aula teórica de um professor em uma sala de aula; Os cenestésicos, já aprendem melhor quando assistem a uma palestra, mas manipulam uma caneta, ou escrevem aquilo que escutam, ou quando escutam algo prático.

Cabe então, ao professor junto com o aluno, identificar qual o método de aprendizagem que facilitara melhor ensino ao aluno. Na sala de AEE não raro a adaptação de recursos é feita de maneira natural, de acordo com a necessidade e, principalmente porque alguém sente-se desafiado em buscar soluções que possibilitassem a inclusão. Como uma carteira que teve suas pernas serradas para diminuir de altura e ficar ao alcance de uma criança usuária de cadeiras de rodas ou até mesmo desenhos feitos com cola colorida para que um aluno deficiente visual possa sentir e imaginar o que se trata, ou até mesmo áudio para que possam escutar. Estes recursos pesquisados e desenvolvidos por educadores podem fazer a diferença entre poder ou não estudar junto com seus colegas.

2.3 DIFICULDADES ENFRENTADAS PELO AEE

O avanço na educação ocorreu graças aos movimentos de reformas sociais e educacionais que proporcionaram um destacar o direito da criança com deficiência de frequentar na escola um lugar onde ajude ela progredir, dentro de seus limites e possibilidades. Contudo nunca foi fácil oferecer espaço de sala de aula adequado, promover a inclusão desses alunos, reelaborar sempre novos métodos, ter sempre que está em busca de novas formações para garantir esses alunos estejam aprendendo tem se tornando um grande desafio no Atendimento Educacional Especializado.

De acordo com o Ministério da Educação, as salas de recursos podem ser classificadas em Tipo I e II. As Salas de Recursos Multifuncionais do Tipo I são para atendimentos dos alunos que apresentam deficiências e condutas típicas. São compostas de equipamentos, mobiliários e materiais didáticos pedagógicos, como por exemplo: microcomputador com gravador de CD, leitor de DVD e terminal, fones de ouvido e microfones, teclado com colméia, bandinha rítmica, material dourado, dominó com textura, software para comunicação alternativa, conjunto de lupas manuais (aumento de 3x, 4x e 6x), dentre outros.

Já as salas do Tipo II, são iguais às salas do tipo I, mas acrescidas de outros recursos e materiais didáticos e pedagógicos. São para atendimentos dos alunos com deficiência visual (cegueira e baixa visão), dentre os materiais citamos: impressora Braille, máquina Braille, lupa eletrônica, reglete de mesa, soroban, globo terrestre adaptado, kit de desenho geométrico adaptado, calculadora sonora.

De acordo com o decreto 6.571/2008 no qual falar que:

O atendimento educacional especializado - AEE é o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, prestado de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular. (BRASIL, 2008)

Porém sabemos que na realidade não é bem assim, muitas das escolas que tem o AAE funcionado, não tem uma sala adequada ou muito menos a metade dos materiais pedidos para trabalhar com esses os alunos, oferecendo um retrato não só das condições de trabalho insatisfatório para o Professor Especialista mais uma aula desestimulante ao próprio aluno afetando na sua aprendizagem. Isso tem se tornado um impacto duradouro na história da educação especial, resultando em práticas mal trabalhadas relacionadas os aspectos à deficiência em sua dimensão pedagógica.

O atendimento educacional especializado também é um dos responsáveis em identificar e combater atitudes discriminatórias em que estudantes com deficiência e altas habilidades/superdotação tem acesso à escola regular. Nota-se que o processo de inclusão escolar precisa de vários fatores para acontecer: salas de aulas adequadas, políticas públicas interessadas em incluir esses alunos na sociedade, falta de professores e profissionais preparados para receber esses educandos e vários outros fatores. Ocorre que as escolas públicas não estão preparadas para receber nem os alunos comuns, pois suas estruturas não estão preparadas e nem são suficientes para atender o contingente de alunos matriculados, resultando em salas mal estruturadas e superlotadas. Realidade debatida no meio acadêmico como se entende abaixo:

A fragilidade das propostas de inclusão, nesse sentido, reside no fato de que, frequentemente, o discurso contradiz a realidade educacional brasileira, caracterizadas por classes superlotadas, instalações físicas insuficientes quadro docente cuja formação deixa a desejar. (LACERDA, 2006, p. 168)

De acordo com o que foi dito acima, para ocorrer uma inclusão de verdade precisar ser alterada as estruturas, no que implicar em um esforço de modernização e reestruturação nas maiorias das escolas, as quais devem assumir que as dificuldades de alguns alunos que resultam em grande parte do modo que o ensino é ministrado e de como a aprendizagem é concebida e avaliada. Ocorre que as escolas nem sempre estão preparadas para se auto avaliar e dessa forma corrigir os erros para ocorre realmente à inclusão. Sendo assim o processo de inclusão é bem maior que apenas inserir o aluno com necessidade especial na sala de aula do ensino regular é necessário maior esforços das politicas publicas e principalmente do reconhecimento humano no sentido de valorizar a diversidade humana. É necessário uma sala adequada, com equipamentos, mobília e um profissional capacitado para atender esses alunos. Nesse sentido Mantoan (2003) defende que as escolas devem se preparar para a missão inclusiva como cita abaixo:

Mudar a escola é enfrentar muitas frentes de trabalho, cujas as tarefas fundamentais, a meu ver são:

- Recriar o modelo educativo escolar, tendo como eixo o ensino para todos.
- Reorganizar pedagogicamente as escolas, abrindo espaço para que a cooperação, o diálogo, a solidariedade, a criatividade e o espirito critico, sejam exercitados nas escolas, por professores, administradores, funcionários e alunos, porque são habilidades mínimas para o exercício da verdadeira cidadania.
- Garantir aos alunos tempos e liberdade para aprender, bem como um ensino que não segrega e que reprova a repetência.
- Formar, aprimorar continuamente e valorizar o professor, para que tenha condições e estímulo para ensinar a turma toda, sem exclusões e exceções (MANTOAN, 2003, p. 33).

Sendo assim para que as escolas possam caminhar dignamente na proposta inclusiva elas tem que ser apoiadas pelos governos, ou seja, pelas politicas publicas com propostas voltadas para praticas pedagógicas, as quais poderão combater os desafios enfrentados pelos esses alunos. Além de escolas mal preparadas para inclusão desses alunos, há os professores que se consideram despreparados para a missão de lecionar em sala de aulas inclusivas, pois não recebem nenhum curso, treinamento ou materiais específicos para lidar em salas esses alunos com necessidades especiais. Essa dificuldade para lidar com as diferenças na sala de aula, principalmente para lidar com alunos especiais, se dá pelo fato de serem alunos oriundos de sala de aula onde eram atendidos por professores só trabalhava

em ensino especial e que aos olhos de todos eram bem preparados segundo Mittler (2000).

A Proposta de Diretrizes para a Formação de Professor da Educação Básica delinea as exigências que se colocam para o desempenho do papel docente frente às novas concepções de educação do mundo contemporâneo, e vem colaborar com a tese que defende a necessidade do professor estar bem preparado para:

Orientar e mediar o ensino para aprendizagem dos alunos; responsabilizar-se pelo sucesso da aprendizagem dos alunos; assumir e saber lidar com a diversidade existente entre os alunos; incentivar atividades de enriquecimento curricular; elaborar e executar projetos para desenvolver conteúdos curriculares; utilizar novas metodologias, estratégias e material de apoio; desenvolver hábitos de colaboração e trabalho de equipe (MEC, 2000, p. 5).

No entanto se responsável por orientar, incentivar, executar metodologias e estratégias sem material de apoio vem causando essa insegurança, para que isso não ocorra, professores tem que está sempre em busca de novas teorias. O certo seria que o governo oferecem cursos preparatórios para que os professores se sentissem mais preparados em trabalhar com esses alunos, se referindo não simplesmente a prática pedagógica, nem a doutrina inclusiva ou ate mesmo seus métodos de educação, mas é preciso uma mudança de mentalidade do professor, no sentido que possa vivenciar plenamente o processo de inclusão desses alunos.

Nesse sentido o professor tem que ter consciência que sua preparação vai muito além da aprendizagem técnica ou pedagógica deve-se entender o processo de inclusão como uma formar de desenvolvimento de outros processos que até então nunca foram colocadas em praticas, e com essa mudança de mentalidade passar a ser possível. Ainda nesse sentido Mantoan (2003) defende uma formação diferenciada para os professores, que venha modificar os paradigmas tradicionais existentes, como retrata o texto abaixo:

No caso de uma formação inicial e continuada direcionada à inclusão escolar, estamos diante de uma proposta de trabalho que não se encaixa em uma especialização de conhecimentos pedagógicos. Ensinar na perspectiva inclusiva, significar ressignificar o papel do professor da escola, da educação e de praticas pedagógicas que são usuais no contexto excludente do nosso ensino, em todos seus níveis. Como já nos referimos anteriormente, a exclusão escolar não cabe a um paradigma tradicional de educação e, assim sendo, uma preparação do professor nessa direção requer um design diferente das propostas de profissionalização existente e de uma formação de serviço que também muda, porque as escolas não

serão mais as mesmas, se abraçarem esse novo projeto educacional. (MANTOAN, 2003, p. 43)

De acordo com o autor acima, é importante destacar que os educadores de uma forma geral devem estar preparados a receber os alunos especiais. Mas para estarem preparados é necessário que os mesmos recebam com frequência formação continuada voltada para a inclusão.

Sendo assim tem-se que considerar que embora o movimento de inclusão escolar esteja em fase embrionária, e mesmo diante de todas as dificuldades existente, pode-se considerar que em termo educacional é um grande avanço para nossa sociedade.

2.4 AEE E ENSINO REGULAR

A educação brasileira passou por diferentes etapas nas propostas educacionais para os alunos com deficiências. Passou-se da exclusão total do sistema, para um atendimento educacional especializado, depois para a proposta de integração na escola ate a proposta atual que é a da Inclusão Escolar. Posto à frente das novas realidades que constituem a escola, os professores de sala de aula regular e do Atendimento Educacional Especializado passam de certar forma a trabalhar juntos. Conforme determina o Decreto Nº 7.611/11, os professores das classes comuns e do AEE devem se articular a fim de garantir a acessibilidade ao currículo e um ensino que proporcione aprendizagem e participação de todos.

AEE como já foi descrito é um serviço da Educação Especial que dar suporte ao aluno e ao professor do ensino regular. Entende este suporte como modelos de atividades diferenciadas e adaptação de tarefas a serem desenvolvidas com os alunos. É uma visão bem resumida tendo em vista a quantidade de ações estabelecidas pelos dispositivos legais e se reflete no modo como a professora conduz sua prática no cotidiano escolar.

Os professores da Educação Especial atuam de duas formas: buscando/adaptando atividades para serem aplicadas pelos professores em sala de aula, desde que estes esses professores solicitem, e desenvolvendo atividades com os alunos no Atendimento Educacional Especializado buscando suprir de maneira diferenciada oque não foi alcançado no ensino regular. Conforme Pletsch (2009), estas práticas adaptadas para esses alunos os direcionam ao conhecimento

elementar tais como recortar, pintar, colar e copiar também estão presentes em sala de aula. Para que isso ocorra os professores do ensino regular junto com da educação especial precisam dialogar para que os planejamentos coletivos realmente funcionem.

Destaca-se então a importância de se trabalhar em conjunto, pois quando se tem uma parceria entre esses profissionais a maior possibilidade de repassar conhecimento com diferentes técnicas de mediar o aluno, e essas técnicas não se adquirir sozinho. Por isso os diálogos entre esses professores e de suma importância, pois o que está em jogo é a inclusão e o aprendizado desses educandos. Vygotsky (1995, p. 50) em seus estudos relata que:

Há uma relação de dependência entre o desenvolvimento do ser humano e o aprendiz realizado num determinado grupo social e que a construção de conhecimentos se dá pela inclusão do sujeito com o meio e com o objeto de estudo, e nessa perspectiva o professor vai mediar essa relação e favorecer a interação, pois o professor é uma ferramenta essencial para que haja o desenvolvimento dos potenciais que o aluno poderá desenvolver.

O diálogo dos docentes melhorará na sala de aula de ensino regular o aprendizado, a convivência e o modo de se trabalhar com esses alunos. Difícil no início, pois tem que haver uma grande integração dos profissionais da sala regular, da sala de Atendimento Educacional Especializado, equipe gestora, a família do aluno e dos demais colegas, pois a rejeição nos dias atuais não acontece pela escola, nem pelos professores despreparados, mas sim por parte de alguns pais que discriminam as limitações e comportamento do aluno especial. Hoje a função dos professores é também além de trabalhar o aluno com deficiência fazer com que a comunidade entenda melhor o que a inclusão representa na educação escolar de todo e qualquer aluno e especialmente para os que têm deficiência, visando o acesso, a permanência e o prosseguimento da escolaridade de seus alunos, criar alternativas educacionais para que as escolas se abram incondicionalmente às diferenças. O que deixa os professores do ensino regular ainda mais inseguros sobre sua capacidade de trabalhar com a inclusão, mas quanto a isso o AEE deverá apoiar e aconselhar como trabalhar com os alunos, pais e comunidade.

Assim é importante que todos os professores trabalhem juntos para que adquiram mais informações básicas sobre as deficiências visando minimizar os preconceitos. Dessa forma, o desenvolvimento inclusivo das escolas é

compreendido como uma perspectiva ampla de reestruturação da educação, que pressupõe a articulação entre a educação especial e o ensino comum, sendo esta a função primordial do AEE, considerando a elaboração, a disponibilização e a avaliação de estratégias pedagógicas, de serviços e recursos de acessibilidade para a promoção efetiva do direito de todos à educação.

2.5 LEGISLAÇÃO QUE AMPARA O AEE

A partir da visão dos direitos humanos e do conceito de cidadania fundamentado no reconhecimento das diferenças e na participação dos sujeitos, o atendimento às pessoas com deficiência teve início no Brasil na época do Império, com a criação de duas instituições: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamin Constant – IBC, e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, hoje denominado Instituto Nacional da Educação dos Surdos – INES, ambos no Rio de Janeiro. No início do século XX é fundado o Instituto Pestalozzi (1926), instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental; em 1954, é fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE; e, em 1945, é criado o primeiro atendimento educacional especializado às pessoas com superdotação na Sociedade Pestalozzi, por Helena Antipoff.

Contudo somente em 1961, o atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência passa a ter algum contato com as leis, sendo uma das primeiras a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, Lei nº 4.024/61, que aponta o direito dos “excepcionais” à educação, preferencialmente dentro do sistema geral de ensino, ou seja, agora a Lei garante que todos têm direito ao conhecimento independente do seu grau de dificuldade. A Lei nº 5.692/71, que altera a LDBEN de 1961, ao definir “tratamento especial” para os alunos com “deficiências físicas, mentais, os que se encontram em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados”, não promove a organização de um sistema de ensino capaz de atender às necessidades educacionais especiais e acaba reforçando o encaminhamento dos alunos para as classes do AEE e escolas especiais.

Nesse período, não se efetiva uma política pública de acesso universal à educação, permanecendo a concepção de “políticas especiais” para tratar da educação de alunos com deficiência. No que se refere aos alunos com

superdotação, apesar do acesso ao ensino regular, não é organizado um atendimento especializado que considere as suas singularidades de aprendizagem.

A Constituição Federal de 1988 afirma no artigo 205, a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho, sendo assim ela devera oferecer apoio a quem for necessário, como no caso AEE. No seu artigo 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” como um dos princípios para o ensino e garante como foi dito que é dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208). Na LDBEN/1996 no seu art. 58 nos § 2º e 3º, fala que:

§ 2º O atendimento educacional especializado será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas escolas comuns do ensino regular.

§ 3º A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil. (BRASIL-LDB,1996)

Sendo assim com a garantia da oferta do AEE os alunos ganharam mais chances de desenvolver suas habilidades e de promover a sua inclusão na própria sociedade. No Art. 59 nos seus incisos III e IV fala que os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora; (BRASIL-LDB,1996)

Na citação acima garante educação de qualidade com professores capacitados tanto no AEE quanto no ensino regular, visando à integração e condições adequadas para cada habilidade a ser desenvolvida. Na Convenção da Guatemala/2001 complementa a LDBEN, porque garante o direito de opção de as pessoas com deficiência e de seus pais ou responsáveis de aceitar ou não tratamento diferenciado, como é o caso do AEE.

Cabe aos sistemas de ensino então, organizar o Atendimento Educacional Especializado na perspectiva da educação inclusiva, disponibilizando professores capacitados, essa capacitação possibilita a sua atuação no atendimento educacional especializado, aprofunda o caráter interativo e interdisciplinar da atuação nas salas comuns do ensino regular, nas salas de recursos, nos centros de AEE, nos núcleos de acessibilidade das instituições de educação superior, nas classes hospitalares e nos ambientes domiciliares, para a oferta dos serviços e recursos de educação especial. Além de sala de aula adequada, métodos eficazes para trabalhar cada habilidade e dificuldades, bem como um monitor quando necessário no ensino regular ou cuidador dos alunos com necessidade de apoio nas atividades de higiene, alimentação, locomoção, entre outras, que exijam auxílio constante no cotidiano escolar. Assim poderá ocorrer uma educação de qualidade e a inclusão desses alunos na sociedade.

3 MÉTODOS FACILITADORES DO APRENDIZADO NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: ANÁLISE NA ESCOLA ENGENHEIRO FRANCISCO BARROS, DISTRITO DE CAMPO VERDE - ITAITUBA

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA PESQUISADA

No ano de 1983, sob a administração do então Prefeito Municipal de Itaituba Francisco de Mendonça, a Escola Municipal de Ensino Fundamental Engenheiro Francisco Barros, deu início as suas atividades educacionais, localizada no Distrito de Campo Verde Km 30, município de Itaituba/PA, prestando serviços aos alunos que estudavam de 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental, em três turnos: manhã, intermediário e tarde. Possuía apenas duas salas de aulas, cozinha e um almoxarifado, com qual o quadro funcional de 03 professores, uma servente e uma professora responsável Iselda Honorato Selestrino que assumia tanto a direção da escola, como a secretaria escolar.

No ano de 1986 aconteceu a implantação do 1º grau completo, hoje ensino fundamental, e a escola passou a funcionar com total de 250 alunos, aumentando assim o quadro de funcionários. Em 1997 houve poucas, mas significativas mudanças entre elas a implantação da APM (Associação de Pais e Mestres). Neste ano, o número de alunos permaneceu inalterado, mas em 1998 o número aumentou para 357 e em 1999 o alunado chega a um total de 455 e a Escola passa a atender em três turnos, manhã, tarde e noite.

Em 2001 novas mudanças políticas ocorrem e a professora Quilda da Silva Ghizoni, que já era funcionária da instituição, assumiu a direção da escola e também trabalhou buscando melhorias. Entre elas lutou pela implantação do Ensino Médio através do GEEM (Grupo Especial De Ensino Modular), atual SOME. O Ensino Fundamental funcionava normalmente com turmas até a 8ª série. Em 2002 foi construído um novo pavilhão escolar com quatro novas amplas salas de aulas.

Em 2003, dona Quilda deixa a direção e assume a função de diretora a professora contratada, Sônia Maria Caetano e Rita de Almada Ghizoni, funcionária da Escola desde 1992, assume a vice direção. A Escola funciona com 28 funcionários para atender a 541 alunos do Ensino Fundamental. Neste ano, a escola recebe autorização do Conselho Estadual de Educação para funcionar normalmente.

E neste ano também passa a funcionar o Ensino Médio Através do GEEM que inicialmente atendia 62 alunos.

No ano de 2005 a professora Rita de Almada Ghizoni assume a direção da escola através de votação por aclamação em reunião comunitária juntamente com a colega de trabalho, professora M^a Eliana Bezerra Soares. Neste ano a Escola, através do vereador João Pereira dos Santos, conseguiu sua primeira revitalização. O número de alunos do Ensino Fundamental passou para 670 e os alunos do Ensino Médio somaram um total de 150. A Escola contou com o trabalho de 27 funcionários incluindo professores, apoio e administrativo.

No ano de 2013 iniciam-se as aulas no novo prédio e continua como Diretora a professora Rita Almada Ghizoni, sendo a vice diretora a professora Cláudia de Sousa Almada. Com uma clientela de 621 alunos do Ensino Fundamental I e II e EJA (Educação de Jovens e Adultos) e 200 do Ensino Médio Modular. Neste ano também começou a funcionar a sala do AEE (Atendimento Educacional Especializado), com uma clientela de 10 alunos. Em 01 de Agosto de 2013 a professora Cláudia de Sousa Almada é eleita à nova Diretora da escola e tem como vice diretora a professora Sandra Ferreira de Sousa.

No ano de 2015 foram matriculados 602 alunos de Ensino Fundamental I e II e EJA (Educação de Jovens e Adultos). Neste ano o Ensino Médio passou a ser regular com 04 turmas anexas a Escola Estadual Benedito Correia de Sousa, com uma clientela de 230 alunos funcionando no prédio da escola em parceria com o Estado. Continua como Diretora a Professora Cláudia de Sousa Almada, Vice-Diretora a Professora Sandra Ferreira de Sousa e teve como Técnica, a Professora Rita de Almada Ghizoni.

Em Agosto do corrente ano, o Professor Francisco do Nascimento Santos é indicado pelo atual governo a Diretor da Escola. No ano de 2017 foram matriculados 827 alunos da Educação Infantil, que passou a funcionar no prédio da escola por determinação da Secretaria Municipal de Educação, Ensino Fundamental I e II e EJA (Educação de Jovens e Adultos), 220 do Ensino Médio. A Professora Cláudia de Sousa Almada assume a Direção juntamente com a Professora Sandra Ferreira de Sousa por indicação política.

Esta instituição possui três mecanismos de participação. O Conselho Escolar que é formado por todos os membros que compõe a comunidade escolar, sempre que possível realiza Conselho de Classe para discutir o desempenho escolar dos

alunos durante o decorrer do ano letivo. Conta ainda com o Projeto Político Pedagógico para nortear as tomadas de decisões dentro da escola para a sua melhoria, porém a mesma não possui Grêmio Estudantil.

Abaixo vem um quadro demonstrativo do funcionamento da Sala do AEE (Atendimento Educacional Especializado) por ano.

Quadro 1 - Demonstrativo da Sala do AEE Atendimento Educacional Especializado) da EMEF Engº Francisco Barros

PROFESSOR	FORMAÇÃO	NUMERO DE ALUNOS	DEFICIENCIA
Edinael Batista Lima	Magistério	10	DI, DA, DMU, DF.
Edinael Batista Lima Rita de Almada Ghizon	Magistério Pedagogia	14	SD, DI, DMU, DF, SURDEZ
Rita de Almada Ghizoni Cláudia de Sousa Almada	Pedagogia Letras	13	DI, BV, DIX,SD, DMU.
Cláudia de Sousa Almada	Letras	20	BV, DI, DIX. DISGRAFIA, TDAH,DMU.
Hilda Soares de Lima	Pedagogia	11	BV, DA, DIX, DI, DM, TDAH, SURDEZ.

Fonte: Secretaria da Escola. (2017).

Atualmente, a escola atende 827 alunos (oitocentos e vinte e sete). O seu quadro de funcionários está composto por 46 pessoas entre professores e pessoal de apoio, em que este está distribuído da seguinte forma: 01 (uma) Diretora, 01 (uma) Vice diretora, 01 (uma) Secretária Escolar, 03 (três) Merendeiras, 27 (vinte e sete) Professoras, 03 (três) Vigias, 05 (cinco) Auxiliares de Serviços Gerais, 03 (três) auxiliar administrativo, 01 (uma) técnica e 01 (uma) cuidadora. A maioria dos funcionários é concursada pela Prefeitura Municipal de Itaituba-PA, porém, 15 (quinze) professoras do referido Centro são contratadas temporariamente. A missão da escola é contribuir para constantes melhorias das condições educacionais da população de Campo Verde, visando assegurar-lhe uma educação de qualidade dentro de um espaço criativo e acolhedor e que respeite os princípios humanos.

3.2 METODOLOGIA DA PESQUISA.

Para que pudesse obter o resultado deste trabalho, foi utilizada uma metodologia auxiliada a uma pesquisa qualitativa descritiva e quantitativa para conhecer melhor os métodos facilitados de aprendizagem utilizados pela professora do AEE e pelos professores da sala comum da Escola Engenheiro Francisco Barros do distrito de Campo Verde-Itaituba. Além de ser também de suma importância compreender a dificuldade que o docente enfrenta em seu âmbito escolar. Neste caso foram utilizadas perguntas para a professora do Atendimento Educacional Especializado e para os professores do ensino comum. Levamos em conta também se o entrevistado já trabalhou ou trabalhar com crianças deficientes.

Desta forma, a coleta de dados ocorreu através de questionário com perguntas com os professores do ensino comum e o do AEE, juntamente com o questionário foi entregue um termo de consentimento livre e esclarecimento da participação voluntária da pessoa como sujeito da pesquisa de forma a conscientizá-lo dos objetivos e da importância desta pesquisa.

Esse estudo é Bibliográfico, uma vez que foi necessário fazer um levantamento prévio dos principais autores que discutem o tema a ser abordado. O trabalho trata-se de um estudo exploratório, pois o mesmo procura ampliar as questões relacionadas às métodos facilitadores do aprendizado no Atendimento Educacional Especializado. A pesquisa foi realizada em outubro de 2017.

Desta forma, os questionários que os professores responderam para melhor esclarecer tinham 06 (seis) perguntas, que foram elaboradas para análise da pesquisa de tabelas que elucidam os resultados obtidos.

3.3 SUJEITOS DA PESQUISA

Na pesquisa foram entrevistados 11 professoras da Escola Engenheiro Francisco Barros, sendo que 10 são da sala comum e uma do Atendimento Educacional Especializado. Para todos os professores foram aplicado um questionário com 6 (seis) perguntas sobre o tema em questão. Em meio aos professores entrevistados da sala comum temos 60% que já concluíram o curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, 10% ainda está em formação do mesmo e 30% formados em Letras. Desses professores entrevistados 07 (sete) tem Especialização; uma está cursando, duas não têm e nem está cursando. A

professora que atua no AEE é formada em pedagogia e está cursando especialização de Educação Especial, a mesma trabalha a 01 (um) ano no Atendimento Educacional Especializado.

O tempo de serviço dos entrevistados nesta unidade escolar se apresentou com um entrevistado que trabalha há 22 anos nesta escola; um entrevistado possui 8 anos de serviço; dois entrevistados possuem 20 anos; dois outros entrevistados possuem 12 anos; um possui 14 anos; um entrevistado possui 6 anos e dois entrevistados possuem 20 anos de serviço na escola pesquisada.

3.3.1 Análise de Dados na Visão dos Professores do Ensino Comum

Mediante ao questionário aplicado foram entrevistados 10 professores, da Escola Engenheiro Francisco Barros, em que 60% já concluíram o curso de Licenciatura Plena em Pedagogia e 10% ainda está em formação do mesmo e 30% formados em Letras. Desses professores entrevistados 07 tem Especialização; uma está cursando, duas não têm e nem está cursando. O tempo de serviço dos entrevistados nesta unidade escolar se apresentou com um entrevistado que trabalha há 22 anos nesta escola; um entrevistado possui 8 anos de serviço; dois entrevistados possuem 20 anos; dois outros entrevistados possuem 12 anos; um possui 14 anos; um entrevistado possui 6 anos e dois entrevistados possuem 20 anos de serviço na escola pesquisada.

Os professores entrevistados e referenciados nesta pesquisa serão identificados como **P₁, P₂, P₃, P₄, P₅, P₆, P₇, P₈, P₉** para os professores de sala comum que trabalham com alunos com Necessidades Especiais. Iniciando a entrevista com os professores das salas de aula comum da Escola Engenheiro Francisco Barros, perguntou-se na questão **1: Qual sua opinião sobre os alunos especiais inclusos em sala de aula comum?** As respostas dos entrevistados estão demonstradas.

Quadro 2 - Concepções dos professores da sala comum sobre a inclusão.

Categ.	Entrev.	Justificativa dos professores
A - L - O *	P ₁	<i>“Muito importante para o aprendizado do aluno, mesmo com todas as dificuldades que o mesmo vai encontrar para acompanhar a turma, será proveitoso para o processo de ensino e desenvolvimento do aluno”.</i>
	P ₂	<i>“O aluno tem dificuldade na aprendizagem (falta de formação continuada na área), necessita de um acompanhamento especial”.</i>

	P₃	<i>“Os alunos não acompanham o andamento da turma, há a necessidade de um professor itinerante na turma”.</i>
	P₄	<i>“Dependendo da situação penso que eles não tiram muito proveito vista que não somos preparados para atender suas expectativas, o que é lamentável no cenário da educação”.</i>
	P₅	<i>“Acredito que a educação é direito de todos, cabe a nós acolher todas as crianças independentemente de suas condições físicas, sociais e emocionais”.</i>
	P₆	<i>“É muito importante à inclusão desses alunos na sala de aula comum, pois só assim eles se sentiram motivados a terem uma vida normal dentro das suas possibilidades”.</i>
	P₇	<i>“É importante e necessário para desenvolverem suas potencialidades, para que haja integração entre eles e as crianças comuns. É um direito que eles têm, não só para aprender, mas conviver com outras crianças”.</i>
	P₈	<i>“A inclusão desses alunos na sala de ensino comum é muito importante para eles, pois é onde eles têm a socialização com os demais, visto que esses alunos sofrem preconceitos por parte de algumas pessoas”.</i>
	P₉	<i>“Que deveria ter um acompanhante”.</i>

Fonte: Professores da Escola Engº Fco. Barros (2017).

Conforme demonstrado, se observa que os professores têm opiniões e conceitos diferentes sobre os alunos especiais incluídos em sala de aulas comuns, porém todos sabem da importância de se trabalhar este aluno e do direito que todos têm, sobre tudo na inclusão. De acordo com **P₁** a inclusão é muito importante para o aprendizado do aluno, apesar da dificuldade que encontrará para acompanhar a turma, mas será de suma importância para o desenvolvimento do mesmo. Já o **P₂**, **P₃** e **P₉** relatam que o aluno especial incluído na sala comum tem dificuldade e necessita de um acompanhante. O **P₄** acredita que dependendo da situação os alunos especiais incluídos na sala comum não conseguem ter muito proveito visto que os professores não se sentem preparados para atender as expectativas dos mesmos, o que chega a ser lamentável no cenário da educação. Segundo **P₅**, **P₆**, **P₇** e **P₈** acreditam que a inclusão é muito importante além de ser um direito de todos. Assim podemos dizer que a inclusão é a parte central do aprendizado desses alunos, mas para isso aconteça na visão com Goffredo (1999, p. 31) a escola precisa estar:

Frente a esse novo paradigma educativo, a escola deve ser definida como uma instituição social que tem por obrigação atender todas as crianças, sem exceção. A escola deve ser aberta, pluralista, democrática e de qualidade. Portanto, deve manter as suas portas abertas às pessoas com necessidades educacionais especiais.

Sendo assim a inclusão dá oportunidade para os educandos desenvolverem seu potencial e interagir com os demais alunos. Continuando a entrevista perguntou-se aos entrevistados na questão **2: Quais os maiores desafios em trabalhar com crianças especiais no ensino comum?** Obteve as seguintes respostas.

Quadro 3 - Concepções dos professores da sala comum sobre os desafios

Categ.	Entrev.	Justificativa dos professores
Professores	P ₁	<i>“O maior desafio de trabalhar com esses alunos e a dificuldade de integrar os mesmos aos conteúdos propostos e conseguir adaptar ao entendimento deles os conteúdos trabalhados, principalmente nas séries mais elevadas”.</i>
	P ₂	<i>“Falta de formação continuada para trabalhar essa especialidade”.</i>
	P ₃	<i>“Formação continuada voltada para a área, pois as oportunidades são poucas para os professores das salas comuns”.</i>
	P ₄	<i>“Para mim se torna tudo muito difícil, já que pouco posso contribuir, pois não sou capacitada para isso”.</i>
	P ₅	<i>“De não ter formação como cursos, para se trabalhar com essas crianças, principalmente por ser uma aluna com deficiência múltipla: deficiência física a mesma não se locomove sozinha, faz uso de cadeira de roda”.</i>
	P ₆	<i>“Ainda é a falta de preparação de muitos profissionais da educação”.</i>
	P ₇	<i>“Para mim, o grande desafio é garantir o acesso permanência e aprendizagem dos alunos que apresentam especificidades sensoriais, cognitiva, físicas e psíquicas no sistema regular de ensino”.</i>
	P ₈	<i>“Para lidar com alunos especiais exige do professor bastante atenção, paciência e um cuidado a mais. Esses alunos não conseguem acompanhar as atividades de sala como os ditos normais, e isso é também um desafio do dia-a-dia.”.</i>
	P ₉	<i>“Sala muito lotada e, portanto não sobra tempo para dar mais atenção ao aluno especial”.</i>

Fonte: Professores da Escola Engº Fco. Barros (2017).

Como se pode observar, os entrevistados durante a pesquisa ressaltam que são vários os desafios de se trabalhar com essa clientela, pois são muitas as dificuldades e muitos não se encontra preparados por não terem formação na área, nem cursos de aperfeiçoamento o que dificulta o trabalho do professor. Outros desafios encontrados pelos professores como relata **P₁**, **P₅**, **P₇** e **P₈** é a dificuldade dos mesmos interagirem com os conteúdos propostos e conseguir adapta-los ao entendimento deles, principalmente nos anos mais elevados. Trabalhar com alunos especiais em sala comum requer bastante cuidado, pois como já foi falado anteriormente esses público requer muita dedicação, atividades e metodologias diferenciadas. E como cita **P₉** as sala de aulas do ensino comum é muito lotada e, por tanto o professor não disponibiliza de muito para dá a atenção a qual o educando necessita. .

Dando continuidade com a entrevista, na questão 3 foi perguntado: **A escola oferece o Atendimento Educacional Especializado?** As respostas obtidas pela categoria dos professores da sala comum foi que sim, a escola oferece o Atendimento Educacional Especializado. Pode-se observar que todos os entrevistados da categoria concordam que a escola tem sim Atendimento

Educacional Especializado, onde atende os alunos com necessidades especiais, como diz na LDB no seu Art.58 § 1º:

Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial. (BRASIL, CF, 1988)

Sendo um serviço educação especial que identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminem barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. O AEE complementa e/ou suplementa a formação do aluno, visando a sua autonomia, constituindo oferta obrigatória pelos sistemas de ensino.

A questão de número 4 deste questionário de pesquisa vem trazer a ideia de obter a opinião da categoria de professores, na seguinte questão: **Em sua opinião qual a função do Atendimento Educacional Especializado?** As respostas foram as seguintes. Obteve as seguintes respostas.

Quadro 4 - Concepções dos professores da sala comum sobre os desafios

Categ.	Entrev.	Justificativa dos professores
Professores	P ₁	<i>“O Atendimento Especial tem como função complementar e acompanhar as dificuldades do aluno apresentado na escola comum.”</i>
	P ₂	<i>“Oferecer atendimento aos alunos com os trabalhos escolares e oferecer o reforço do conteúdo aplicado na sala comum.”</i>
	P ₃	<i>“É importante, pois ajuda os alunos especiais a desenvolverem suas atividades além de trabalhar o reforço do conteúdo aplicado na sala comum.”</i>
	P ₄	<i>“Primeiramente acho que o profissional que atua nessa área deve estar apto a desenvolver estratégias para suprir as diversas dificuldades que os alunos apresentam”.</i>
	P ₅	<i>“Dar suporte adequado, estimulando aprendizagem dos alunos com atividades diversificadas.”</i>
	P ₆	<i>“Atender os alunos com necessidades especiais.”</i>
	P ₇	<i>“Sua função como serviço da educação especial que identifica, elabora e organiza atividades pedagógicas e didáticas com recursos e acessibilidade para o atendimento dos alunos, publico alvo da Educação Especial e que necessitam desse atendimento”.</i>
	P ₈	<i>“O atendimento Educacional Especializado (AEE) tem uma função muito importante para com estes alunos especiais, auxiliando esses alunos com recursos adaptados, que ajudam a desenvolver a aprendizagem dos mesmos.”</i>
	P ₉	<i>“Eu acredito que é preparar o aluno para viver em sociedade.”</i>

Fonte: Professores da Escola Engº Fco. Barros (2017).

Analisando as respostas dos professores, observa-se uma aproximação de ideais e conceitos. De acordo com o P₁ o Atendimento Educacional especializa tem como função complementar e acompanhar as dificuldades do aluno apresentada na

escola. Já P_2 e P_3 acreditam que esse atendimento é importante, pois ajuda os alunos a desenvolverem suas atividades, além de trabalhar o reforço do conteúdo aplicado na sala comum. De acordo com P_4 acredita que o profissional que atua nessa área deve estar apto a desenvolver estratégias para suprir as diversas dificuldades que os alunos apresentam. Fazendo uma análise das respostas de P_5 , P_6 , P_7 , P_8 e P_9 verifica-se que os mesmos têm respostas com o mesmo sentido, acreditam que a função do Atendimento Educacional Especializado é atender, dar suporte, identificar, elaborar, organizar atividades pedagógicas e didáticas com recursos adaptados que ajudem a desenvolver e estimular a aprendizagem dos alunos preparando-os para viver em sociedade.

A questão de número 5 deste questionário de pesquisa vem trazer a ideia de obter a opinião da categoria de professores, na seguinte questão: **Qual a sua relação com o professor da sala do atendimento educacional especializado?** Obteve as seguintes respostas.

Quadro 5 - Concepções dos professores da sala comum sobre os desafios

Categ.	Entrev.	Justificativa dos professores
Professores	P_1	<i>“Não tenho muita comunicação com a professora, gostaria de ter; gostaria que ela acompanhasse as dificuldades que o aluno apresenta na sala comum e trabalhasse com ele de acordo com essas dificuldades.”</i>
	P_2	<i>“Amigável, quando há necessidade estamos interagindo sobre os alunos e suas atividades.”</i>
	P_3	<i>“É uma situação amigável, sempre que há necessidade estamos interagindo sobre os alunos.”</i>
	P_4	<i>“Considero uma boa relação. Algumas vezes até auxilio um dos alunos, assistidos, em relação as tarefas ou trabalhos referentes as aulas das disciplinas que ministro”.</i>
	P_5	<i>“Boa na medida do possível.”</i>
	P_6	<i>“Não tenho convive-o com a mesma, apenas o necessário, quando diz respeito ao aluno.”</i>
	P_7	<i>“A relação com o professor é de interação, dialogo, para que o aluno possa receber o atendimento especifico atendendo a necessidade verifica em sala de aula comum.”</i>
	P_8	<i>“Ao meu ver é uma boa convivência, ate porque é necessário esse elo entre professor de sala comum e professor do ate Atendimento Educacional Especializado.”</i>
	P_9	<i>“A relação é ótima.”</i>

Fonte: Professores da Escola Engº Fco. Barros (2017).

Obteve-se as seguintes respostas; P_1 e P_6 afirmam não ter muita comunicação com a professora do AEE apenas o necessário, mas gostaria também que a mesma acompanhasse as dificuldades que os alunos apresentam na sala comum e trabalhasse com eles de acordo com essas dificuldades. Já P_2 e P_3 concordaram que

tem uma relação amigável e quando encontram necessidade interagem entre si para sanar as dificuldades encontradas pelos os alunos. P₄ considera uma boa relação. Algumas vezes até auxilia um dos alunos assistidos, em relação às tarefas ou trabalhos referentes as aulas das disciplinas que ministra. P₅ e P₈ acreditam ter uma boa relação na medida do possível, até porque há necessidade de haver esse elo entre professor da sala comum e o professor do AEE. P₇ diz ter uma relação de interação, diálogo para que o aluno possa receber o atendimento específico, suprimindo as necessidades em sala comum. Já P₉ foi categórico em afirmou ter uma ótima relação com o professor do AEE. Diante das respostas dos professores observa-se que a relação é profissional e em prol do aluno, todos têm o mesmo objetivo de sanar as dificuldades encontradas pelos os alunos especiais na sala comum o que chega a ser louvável, pois se todos tiverem o mesmo objetivo e priorizar os alunos o trabalho terá excedo. A questão de número 6 deste questionário de pesquisa vem trazer a ideia de obter a opinião da categoria de professores, na seguinte questão: **Quais a metodologias utilizadas na sala de aula com os alunos especiais?** Obteve as seguintes respostas.

Quadro 6 - Concepções dos professores da sala comum sobre os desafios

Categ.	Entrev.	Justificativa dos professores
Professores	P ₁	<i>“Procuro trabalhar com atividades diversificadas e de acordo com o entendimento do mesmo, através de materiais lúdicos, onde prende e chama sua atenção e o ajude no seu processo de ensino aprendizagem.”</i>
	P ₂	<i>“Atividade em grupo para que o aluno participe com os outros alunos.”</i>
	P ₃	<i>“Recursos visuais no data show e atividades em grupo para que os especiais interagem com os demais da turma.”</i>
	P ₄	<i>“As metodologias são as mesmas. Sendo que um dos alunos e acompanhado por uma professora que transmite a ela em LIBRAS. Já o outro aluno recebe ajuda no momento da resolução das atividades.”</i>
	P ₅	<i>“Devido a deficiência múltiplas procuro trabalhar com materiais educativos como jogos pedagógicos”</i>
	P ₆	<i>“Procuro não contraria-lo em suas vontades, sempre procurando atividades para desenvolver seu raciocínio e mantendo-o ocupado.”</i>
	P ₇	<i>“As metodologias são aquelas que proporcionam à criança com necessidade especial sua inclusão na sala comum com interação com os demais, excluindo a ideia de desigualdade.”</i>
	P ₈	<i>“De acordo com as observações feitas e conteúdos trabalhados percebi que esses alunos não conseguem acompanhar os conteúdos repassados. As metodologias são tarefas xerocadas, acompanhamento individual e material concreto.”</i>
	P ₉	<i>“Eu não uso metodologias diferenciadas, uso de modo geral para todos.”</i>

Fonte: Professores da Escola Eng.º Fco. Barros (2017).

De acordo com as respostas dos professores, pode-se verificar que são diversificadas as metodologias utilizadas pelos professores em sala de aulas comuns, os mesmos procuram trabalhar com metodologias e atividades diferentes para poder facilitar o aprendizado dos alunos. De acordo com P_1 procura trabalhar com atividades diversificadas e de acordo com o entendimento dos mesmos, com materiais lúdicos, onde prende e chama a atenção, ajudando no processo de ensino e aprendizagem. Já P_2 e P_3 procuram trabalhar com atividades em grupo para que o aluno especial interaja com os demais, e com atividades visuais. De acordo com as respostas de P_4 e P_9 não trabalham com metodologias diferenciadas, ambos usam as mesmas metodologias que usa para os ditos normais. As respostas de P_6 , P_7 e P_8 as metodologias são sim diferenciadas, pois procuram trabalhar com materiais educativos; como jogos pedagógicos, atividades que desenvolvam o raciocínio e que chame a atenção dos alunos, metodologias que proporcionam sua inclusão na sala comum, interagindo com os demais colegas, excluindo a ideia de desigualdade. Também são utilizadas atividades xerocadas e material concreto. Como descrito P_4 e P_9 não utilizar métodos por não saberem trabalhar com esses materiais e a falta de preparo, que poderá afetar ou fragilizar a sua educação desses alunos como diz LACERDA (2006, p. 168):

A fragilidade das propostas de inclusão, nesse sentido, reside no fato de que, frequentemente, o discurso contradiz a realidade educacional brasileira, caracterizadas por classes superlotadas, instalações físicas insuficientes, quadro docente cuja formação deixa a desejar.

Durante a pesquisa também se observou que os alunos inclusos em sala normal requerer uma maior atenção por parte dos professores, quando necessário recebem ajuda e as atividades muitas das vezes são diferentes, as metodologias são diferenciadas de acordo com o professor e a disciplina trabalhada.

3.3.2 Análise de Dados na Visão da Professora do Atendimento Educacional Especializado

A professora entrevistada e referenciada nesta pesquisa será identificada como P_{AEE} (Professora de Atendimento Educacional Especializado) para a respectiva análise dos dados. A pergunta de número 1 foi: **Qual a função de AEE (Atendimento Educacional Especializado)?** Teve a seguinte resposta. “É um

Conjunto de atividades e recursos da educação especial que identifica, elabora, e organização pedagógicos e de acessibilidade, organizados institucional e continuamente para eliminem as barreiras, para atender exclusivamente alunos com algum tipo de necessidade especial, considerando suas necessidades e limitação específica. Os alunos são atendidos no contra turno escolar. Pode se realizado em salas de recursos multifuncionais na escola regular ou em instituições especializadas”.

Diante disso observa-se a importância do atendimento educacional especializado a onde ajuda esses alunos a superar barreiras e limitações. De acordo com o Decreto nº 6571, de 17 de setembro de 2008 no seu § 1º:

Considera-se atendimento educacional especializado o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, prestado de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular.

Sendo assim o profissional que trabalha no AEE desse tem a missão de buscar alternativas e técnicas capazes de ajudar o aluno especial a integrar-se melhor ao ambiente escolar e como o nome já diz isso deve ser feito de através de técnicas específicas para cada necessidade. Continuando a entrevista perguntou-se a Professora do AEE na questão **2: Quais as deficiências atendidas no AEE?** A resposta obtida foi: “A Educação Especial se destina a alunos com deficiências físicas, deficiência mental, alunos com surdo, cegueira, baixa visão, surdocegueira, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades”.

Acredita-se que a sala do AEE (atendimento Educacional Especializado) é para alunos com deficiência: com impedimentos de longo prazo de natureza física (DF), intelectual (DI) ou sensorial que podem ter obstruída/dificultada sua participação plena e efetiva na sociedade, Alunos com transtornos globais do desenvolvimento (TGD): apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotipias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de asperger, síndrome de Rett, transtornos desintegrativo da infância e alunos com altas habilidades/superdotação.

A pergunta de número 3 foi: **Quais os maiores desafios em trabalhar com crianças especiais no AEE?** E a resposta foi a seguinte: “Existem muitos desafios para trabalhar com crianças especiais no AEE; tempo limitado, para identificar

problemas e pensarmos em soluções para lidar com o aluno e às vezes com a família do mesmo; a frequência da criança a sala, tem alguns que faltam ao atendimento; Achar/procurar estratégias para incluir e envolver as crianças e familiares, professor da sala comum; descobrir seus pontos fortes e fracos”.

Analisando a resposta da professora do AEE faz-se a seguinte conclusão, que realmente existe alguns desafios em se trabalhar com crianças especiais, mas esses desafios são superáveis para o professor e para o aluno. Quando se fala em tempo limitado, realmente o tempo em que a criança passa na sala do AEE é muito pouco para se trabalhar suas limitações e identificar suas dificuldades, mas se o professor trabalhar em conjunto com o professor na sala normal poderá assim ajudar mais o educando e com um determinado tempo superar estes desafios. a pergunta de número 4 foi: **Qual a relação com o professor do ensino comum?** E a resposta foi a seguinte: “Sabe-se que uma das funções do professor de AEE atuante das salas de Recursos Multifuncionais é a de estabelecer uma articulação com o professor da classe comum, para que sejam disponibilizados os serviços e recursos e estratégias para ambas as partes que promovam a participação dos alunos nas atividades escolares. Também é necessário estar em diálogo com a equipe pedagógica e professores”. Analisando a resposta do professor que trabalha no AEE, não fica clara qual sua relação com os professores da sala comum, mas acredita-se que a relação entre ambas as partes é de profissionalismo, de companheirismo de trabalhar em prol do aluno para tentar sanar as dificuldades encontradas pelos alunos e assim ajudar a superar suas barreiras.

A pergunta de número 5 foi: **Quais as metodologias utilizadas no Atendimento Educacional Especializado para o aprendizado dos Alunos?** E a sua resposta: “Material xenográfico; impresso; vídeos; jogos pedagógicos; dominós educativos e material com imagens para visualização. Cada metodologia é utilizada conforme necessidade especial do aluno”.

Fazendo uma análise da resposta da professora e das observações feita na sala do Atendimento Educacional Especializado, verifica-se que realmente a escola dispõe de vários materiais e equipamentos para o uso do aluno. Porém acredita-se que além desses materiais utilizados pelo professor, podem-se usar ainda mais recursos dependendo do grau de dificuldade e de habilidades dos alunos, isso vai depender de como vai ser trabalhando e de que forma vai se trabalhar. A pergunta

de número 6 foi: **Quais sugestões você daria para melhorias do trabalho do AEE?** E a sua resposta foi: “Auxiliar os professores do AEE com formações específicas para realiza um bom trabalho com os alunos e professores da sala comum. Realizar um trabalho coletivo com todo grupo escolar para que se efetive a inclusão”.

Diante da resposta dada pelo professor do AEE, analisa-se que realmente falta melhor capacitar os profissionais que trabalham com essa clientela pra que saibam como funciona e qual o papel dos mesmos para com estes alunos, não só destes profissionais, mas sim de todos da escola, pois todos fazem parte da inclusão e esse trabalho necessita ser de equipe, onde todos se comprometa com a educação e inclusão de fato, dos alunos com necessidades especiais.

3.4 PROPOSTA

Muito antes de ensinar crianças a ler e escrever, escola e família devem estar preparadas para lidar com uma série de outras necessidades que vão garantir que o aluno se desenvolva plenamente durante os anos seguintes. Para que isso ocorra além da escola está preparada estruturalmente e ter os materiais pedagógicos, os membros da escola devem esta preparados e qualificados para isso. Esses profissionais não está preparados demonstraram uma grande realidade vivida hoje no sistema educacional, o despreparo para lidar com esses alunos, bem como educa-los e ensina-los. Tal despreparo é causado pela insuficiente formação profissional nas áreas especiais, pela falta de informações e pela falta do apoio pelo governo.

Conclui-se, portanto mediante ao resultado da pesquisa apresentada, onde fez necessário apresentar algumas sugestões para melhorar a prática dos docentes ao se trabalhar com alunos deficientes na escola. Portanto a partir da problemática citada acima se sugestiona para melhor entendimento do trabalho as principais metas:

- ✓ Capacitação dos professores para desempenhar melhor o seu trabalho;
- ✓ Materiais didáticos adequados para desenvolver as potencialidade de cada aluno;

✓ Projetos de inclusão para ser desenvolvido com os alunos, com o objetivo de mostrar o valor que cada um tem, não importando a forma nem o jeito que cada um é;

Com essas sugestões acima podemos conseguir de forma significativa uma escola onde todos sejam beneficiados, fazendo com que os problemas mais frequentes sejam amenizados. Esses são um dos pontos fundamentais para o pleno sucesso da escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho de conclusão de curso, foi procurado identificar os métodos facilitadores do aprendizado no Atendimento Educacional Especializado na Escola Engenheiro Francisco Barros no Distrito de Campo verde, tendo como base desse trabalho os professores do ensino comum e do AEE (Atendimento Educacional Especializado) da referida escola. No decorrer desse estudo, destacaram-se os desafios que os educadores enfrentam ao se trabalhar com crianças especiais no âmbito educacional, vale ressaltar que as problemáticas encontradas pelos os educadores ao se trabalhar com essas crianças são grandes e desafiadoras, mas se trabalhadas de maneira eficaz e comprometidas conseguiram alcançar os objetivos desejados.

São inúmeros os problemas enfrentados pelos docentes no que diz respeito ao ensino-aprendizagem e os métodos utilizados como:

- ✓ A falta de preparo dos professores;
- ✓ A falta de qualificação e capacitação dos professores;
- ✓ A falta de materiais didáticos;
- ✓ Apoio dos governantes.

Tantas dificuldades e despreparo pode causar um ensino precário o que prejudica os futuros dessas crianças. Por isso é de suma importância entender o trabalho e os métodos utilizados no AEE, pois a escola tem uma responsabilidade de proporcionar uma educação de qualidade para todos. O AEE está envolvido direta e indiretamente no processo de ensino e aprendizagem dos alunos e terá uma determinada influência no processo social dos indivíduos que fazem parte da sociedade. A sua responsabilidade aparece em meio a tantas funções dentro das instituições de ensino no país e os métodos utilizados fazem uma diferença enorme no aprendizado desses alunos e sobre essa função cai uma responsabilidade que é dividida com os professores do ensino comum, os professores do Atendimento Educacional Especializado e outras pessoas no ambiente escolar.

Para que isso não aconteça é de grande relevância este estudo sobre os métodos facilitadores do aprendizado no Atendimento Educacional Especializado, para que as escolas possam ter voz e busca por seus direitos como: capacitação de Educação Especial para esses professores se sintam preparados; materiais didáticos e apoio do governo, para que assim o ensino faça toda uma diferença

dentro das escolas e de toda sua estrutura em sua volta. Já que, só assim a escola estará apta e preparada a receber os alunos com necessidades especiais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANHA, Maria Salete Fábio. **Inclusão Social e Municipalização**. In: Eduardo José Manzini (Org.). Educação Especial: temas atuais. 1. Ed. Marília: Unesp Marília Publicações, p. 1-10, 2000.

BRASIL. Promulga a **Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência**. Guatemala: 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes nacionais para educação especial na educação básica / secretaria de educação – MEC; SEESP, 2001.

BATISTA, Cristina A. Mota. **Educação inclusiva: atendimento educacional especializado para a deficiência mental**. Brasília: MEC, SEESP, 2006.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB 5.692, de 11 de agosto de 1971.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

BRASIL. **Decreto nº 6571**. Brasília, 2008 Rogalski, Solange Menin. Histórico do surgimento da educação especial Vol. 5 – Nº 12 - Julho - Dezembro 2010

BRASIL - **Declaração dos Direitos do Deficiente**. Resolução n.º 3447, de 9/12/1975, In: O correio, ano 9, n.º 3, março, p. 134, 1981.

BRASIL. **Resolução nº 4**, de 2 de outubro de 2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Ministério da Educação. Brasília, 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf>. Acesso em: 09 de setembro, 2017

BEYER, Hugo. Por que Lev Vygotski quando se propõe uma educação inclusiva? **Revista do Centro De Educação**. Cadernos: edição: 2005 - Nº 26.

BUENO, J. G. S. **Educação especial brasileira: integração/segregação do aluno diferente**. São Paulo: EDUC, 1993.

CARVALHO, Rosita Elder. **Removendo barreira para aprendizagem: educação inclusiva**. Porto Alegre: Mediação, 2000.

CARVALHO, R. E. **A Nova LDB e a Educação Especial**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: sobre Princípios, Política e Práticas em Educação Especial. Espanha, 1994.

FERREIRA, Maria Cecília Carareto. **Os movimentos possíveis e necessários para que uma escola faça a inclusão de alunos com necessidades especiais**. Vitória: Editora, 2005.

JÖNSSON, T. **Inclusive education**. Hyderabad Índia: THPI, 1994, 158p.

GOFFREDO, Vera Lúcia Flor Sénéchal. **Educação: Direito de Todos os Brasileiros**. In: Salto para o futuro: Educação Especial: Tendências atuais/ Secretaria de Educação a Distância. Brasília: Ministério da Educação, SEED, 1999.

LACERDA, C.B.F. **“A inclusão escolar de alunos surdos: O que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência”**. Cad. Cedes, Campinas, Vol. 26, n.69: 163-184, maio/ago. 2006 – Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? Por que? Como fazer?** (Coleção cotidiano escolar). Ed. Moderna, São Paulo, 2003.

MARCHES, Álvaro. **A Prática das escolas inclusivas**. IN: **Desenvolvimento Psicológico e Educação: Transtornos de desenvolvimento e necessidade necessidades educativas especiais**. Artmed, Porto Alegre, 2004.

MITTLER, Peter. **Educação Inclusiva: Contextos Sociais**. Porto alegre: Artmed 2003.

MITTLER, P. **Working towards inclusion education: social contexts**. London, David Fulton Publishers Ltd., 2000.

MENDES, E. G. **Deficiência Mental: A construção científica de um conceito e a realidade**. Tese de Doutorado - USP: São Paulo, 1995. Disponível em: <http://cevs.org.br/biblioteca/deficiencia-mental-construcao-cientifica-um-conceito-e-realidade-educacional/> Acesso em: 03 de junho de 2017.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér, **A educação especial no Brasil – da exclusão à inclusão escola.r** Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação Laboratório de Estudos e Pesquisas em Ensino e Diversidade – LEPED/Unicamp, 2008.

PCNs. Parâmetros Curriculares Nacionais. **Adaptação Curriculares Estratégias para educação de alunos com necessidades educacionais especiais**, 1998.

PESSOTTI, I. **Deficiência mental: da superstição à ciência**. São Paulo: T. A. Queiroz Editor Ltda, EDUSP, 1984.

POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA. Brasília: 2008. Disponível em: <http://peei.mec.gov.br/arquivos/politica_nacional_educacao_especial.pdf> Acesso em: 03 de junho de 2017.

RAYS. Oswaldo Alonso. **Didática: O ensino e suas relações**. Ilma Passos Alencastro Viegas (org.)- 18ª. – Campinas, Sp: Papirus, 2012. – Coleção Magistério: Formação e trabalho Pedagógico.

RIO DE JANEIRO. **Declaração dos Direitos do Deficiente**. Resolução n.º 3447, de 9/12/1975, In: O correio, ano 9, n.º 3, março, p. 134, 1981.

RESOLUÇÃO Nº 4, DE 2 DE OUTUBRO DE 2009. **Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial**. Brasília, 2009. Disponível em: file:///C:/Users/Simone/Desktop/Revista%20ed%20B%C3%A1sica/rceb004_09.pdf Acesso em: 05 de junho de 2017.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 4 ed. Rio de Janeiro: WVA, 2002.

STAINBACK, S. & STAINBACK, W. **Inclusão – Um guia para Educadores**. Porto Alegre. Artes Médicas, 1999.

SALGADO, S. da S. **Inclusão e processos de formação**. In: SANTOS, M. P. dos; PAULINO, M. M. (orgs.). **Inclusão em educação: culturas, políticas e práticas**. São Paulo: Cortez, 2009.

VYGOTSKY, L.S. **Obras Escogidas**. Vol. III. Madrid: Visor, 1995. Disponível em: [file:///C:/Users/HP/Downloads/algumascontribuicoes%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/HP/Downloads/algumascontribuicoes%20(1).pdf) Acesso: 18/09/2017 as 8:07

STAINBACK, S. e STAINBACK, W. Educating all students in regular education. TASH Newsletter, v. 13, n.º 4, p. 1-7, 1997.